

ALAVIANÇA

ANO 6 - N.º 46 - JULHO/AGOSTO 1981 — PREÇO 30\$00

CGTP-IN

*Contrato
a prazo*



**A VIDA
A CONTA-GOTAS**

**"NÃO HÁ RAZÃO PARA QUE A CONSTITUIÇÃO VERHA
A CONSAGRAR O SISTEMA DO REFERENDO
AFRIMA DEPUTADO DO PS A ALAVIANÇA**

PUB.

... DE MULHERES
DE MULHERES PAI
S PARA MULHER ... DE M
A MULHER ... DE MUL
... DE MULHERES

3
anos



30
prêmios **MULHERES**

ADQUIRA O NÚMERO
DE JULHO E PARTICIPE
CONCURSO DE ANIVERSÁRIO
DA REVISTA

SORTEIO MENSAL DE TRÊS VALIOSOS PRÊMIOS

ALAVANCA

N.º 46 JUL/AGO 81
ÓRGÃO MENSAL
DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
INTERSINDICAL NACIONAL



EDITORIAL EM FOCO

Governo AD/Balsemão não serve aos trabalhadores nem ao país, a luta da EPAC; Congresso dos Trabalhadores - tóxicos; Jornalistas têm nova direcção; Caso PRP; Constituição das Federações Sindicais das Pescas e da Indústria Alimentar.

CONCURSO ALAVANCA 9/10 e 29

Viaje ao estrangeiro grátis

ENTREVISTA COM NUNES DE ALMEIDA 11

Não há razão para que a Constituição venha a consagrar o sistema de referendo

CONTRATOS A PRAZO 14

O fim de um pesadelo? — onde se historia e analisa o aparecimento dos contratos a prazo e as suas consequências para o país e para os trabalhadores.

GEFA Confeções, Lda. — Uma empresa com contratadas a prazo. Resultado: abuso de poder, arbitrariedade e prepotência.

DEMOCRATIZAR A ESCOLA: UM IMPERATIVO NACIONAL 19

Um problema que, embora indirectamente, deve interessar a todo o tecido social e não só a 2 milhões de portugueses.

5.ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA 22

Defender, hectare a hectare, as 439 UCP's que resistem e continuam a produzir.

NO DIA A DIA 24

Uma Trabalhadora da Função Pública

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE 27

Os deficientes devem ser plenamente integrados na sociedade.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA ENCARA O FUTURO COM CONFIANÇA 30

UMA PAZ DURADOURA OU UM APOCALIPSE TOTAL?

Contra a política do «Canhão» os povos anseiam por uma paz duradoura.

INTERNACIONAL 34

O imperialismo quer riscar o Líbano do mapa; Jovens sindicalistas alemães visitam a CGTP-IN; 67.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho; Atentado contra o Papa; Colóquio sobre «Comércio Internacional dos Tóxicos e a CEE».

SEMANA DO EMIGRANTE 36

MAGAZINE 37

Desporto — Entrevista com Alves Barbosa
Televisão — A RTP e a Lei da Música
Cinema — «O Homem Elefante»
Teatro — «Guerra? Não, obrigado»



ALIANÇA

ORGÃO CENTRAL DA
CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
INTERSINDICAL NACIONAL

Director

José Luis Judas

Coordenador

Carlos Barão Pinto

Redacção

A. Vicente Campinas
Elisabete França
Francisco Coelho
João Silva (fotografia)

Colaboradores permanentes

Álvaro Esteves (desporto)
Correia da Fonseca (televisão)
José M. Santos (grafismo)
Tété (culinária)

Colaboraram ainda neste número

António Teodoro
Pedroso Lima
Zillah Branco

Redacção e Administração

R. Victor Cordon, 1-2.º
1294 Lisboa Codex

Composição e Impressão

Espirito Santo
Cooperativa Gráfica, SCARL

Esta edição
contém 44 páginas

Propriedade da CGTP-IN

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL	— 10	Números	— 250\$000
	— 20	"	— 450\$000
ANGOLA			
GUINÉ-BISSAU			
CABO VERDE	— 10	"	— 450\$000
MOÇAMBIQUE	— 20	"	— 800\$000
S. TOMÉ E PRÍNCIPE			
BRASIL			
ESPAÑA	— 10	"	— 300\$000
	— 20	"	— 560\$000
RESTO DA EUROPA	— 10	"	— 400\$000
	— 20	"	— 750\$000
RESTO DO MUNDO	— 10	"	— 500\$000
	— 20	"	— 900\$000





editorial

Decorridos 6 meses o Governo/Balsemão correspondeu às apreensões da CGTP-IN : é o Governo do capital contra o trabalho, de submissão às multinacionais e ao imperialismo.

A incapacidade da equipa do Sr. Balsemão espelha-se, entre outros, no facto de vir a apresentar em Junho um projecto de Plano para 1981 que desmente os objectivos da Lei das Grandes Opções do Plano publicado em Maio.

Segundo o Plano para 1981, a economia portuguesa ficará estagnada, os salários reais baixarão, o desemprego aumentará em 10%, o déficite externo será superior a 100 milhões de contos, etc., etc....

Em 6 meses as condições de vida do Povo baixaram de forma escandalosa : desde o custo de vida, passando pelos transportes, saúde, higiene e segurança no trabalho, habitação, ensino, etc. a situação é cada dia mais grave.

Não possuindo um projecto de Sociedade diferente do que havia em Portugal, antes do 25 de Abril, o Governo/Balsemão não tem outro recurso que não seja o «auxílio» do F.M.I., cujas imposições os trabalhadores já conhecem.

A par da incompetência revelada, o Governo e a maioria AD que o apoia atolam-se em casos de indifensável corrupção como o caso da EPAC ou das reservas entregues pelo MAP, ou ainda utilizam os dinheiros públicos, em proveito próprio, como é o caso do regabofe dos ordenados dos deputados. É indifensável o isolamento social do Governo. A sua decomposição já cheira mal. Os trabalhadores exigem o seu enterro.

EM FOCO

Governo AD/Balsemão não serve aos trabalhadores nem ao País

Uma grandiosa enchente popular saiu às ruas de Lisboa no passado dia 27 de Junho para de forma clara e inequívoca expressar o seu mais profundo repúdio à política do actual governo que sem escrúpulos tem voltado constantemente as costas aos reais problemas do país e do povo português.

A manifestação convocada pelas Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal e Cinturas Industriais dos mesmos distritos, com a aderência de dezenas de organizações de massas, compareceram milhares de trabalhadores que de viva voz proclamaram a exigência dum novo governo e duma nova política que não favoreça apenas os interesses do grande patronato, mas que tenha em conta a realidade do país de Abril que somos e os interesses das verdadeiras forças capazes de fazer uma vida nova, um país diferente.

Esta acção de massas, foi mais um passo na luta que os portugueses vêm travando, e que no 1.º de Maio teve um dos seus pontos mais altos com as grandiosas manifestações promovidas em todo o país pela CGTP-IN, e que nalguns distritos se saldaram pelas maiores jornadas de luta realizadas em Portugal.

O desfile popular realizado em 27 de Junho foi uma firme declaração de protesto contra o governo AD/Balsemão.

Nos seis meses da sua existência, os portugueses viram agravadas as suas Condições de vida, o



desemprego prosseguiu, a utilização abusiva dos contratos a prazo continuou, os preços dos produtos e bens essenciais à subsistência subiram em flecha, os salários não corresponderam à evolução dos preços.

Na esfera da economia, o actual governo nem sequer tem capacidade para levar à prática o seu próprio plano, alterando as metas de crescimento e restringindo a criação de novos postos de trabalho.

Entretanto prosseguem as tentativas de desmantelamento do sector nacionalizado da economia, quando se provou já que é o sector mais diná-

mico, mais rentável e que mais tem participado na absorção da massa de desempregados existente.

No plano social, a acção governamental tem-se caracterizado por uma acção repressiva, prepotente e arbitrária. Têm sido permitidos despedimentos colectivos e selectivos, o patronato tem boicotado livremente a contratação colectiva, o próprio governo participou nesse boicote no caso da função pública, onde através do Ministro da Reforma Administrativa se cometeu um dos maiores atropelos à liberdade sindical com a prisão e julgamento de três dirigentes sindicais desse



sector.

A repressão e as ilegalidades têm prosseguido na Reforma Agrária e a manipulação vergonhosa dos meios de comunicação, designadamente da TV de Prouença de Carvalho, tem atingido níveis nunca vistos.

Os trabalhadores vieram à rua dizer com toda a energia e coragem que este governo não serve os seus interesses nem os do país.

Por isso exigem a sua substituição, para bem de todos e do futuro. Só um governo democrático garante a continuidade das esperanças que a revolução possibilitou e que os governos AD têm brutalmente adiado.



A LUTA DA EPAC AVERBA UMA VITÓRIA

Liberalização declarada inconstitucional

A decisão do Conselho da Revolução que, no exercício das suas atribuições constitucionais, declarou inconstitucional o projecto governamental de liberalização do comércio de cereais, correspondeu a uma importante vitória dos trabalhadores da EPAC, a empresa pública que detem o exclusivo daquele comércio, sendo simultaneamente a contra-prova da incom-

patibilidade entre a política da direita e a democracia económica que a constituição de 1976 preconiza.

A frente do Ministério da Agricultura e Pescas desde o governo Sá Carneiro, Cardoso e Cunha tem dirigido uma política ilegal servindo interesses particulares de certos grupos económicos e, de acordo com revelações em alguns órgãos de comunicação social,

nunca desmentidas pelo visado, ele está relacionado pessoal e familiarmente com interesses ligados à indústria de moagem. Esta é uma das principais interessadas na liberalização.

Por outro lado, refira-se a intervenção directa do ministro na manutenção de João Goulão à frente da Secretaria de Estado da Reestruturação Agrária — da qual já fez depender a sua própria permanência



no governo —, apesar das ilegalidades óbvias e grosseiramente executadas que envolvem cerca de 80% dos despachos do secretário de estado sobre reservas e devolução de terras no Alentejo, que os próprios juristas do MAP não caucionam e que em breve serão julgados pelo Supremo Tribunal Administrativo. Despachos que, contudo, foram executados e estão a produzir efeitos, inviabilizando dezenas de unidades colectivas de produção e cooperativas. João Goulão é o homem de confiança da CAP, apoiado publicamente por Casqueiro e em resoluções de plenários daquela confederação.

A par e passo com esta actuação — diríamos coordenado com ela — surge o projecto de abertura da comercialização de cereais a agentes económicos privados.

Na sua versão definitiva, agora rejeitada pelo C.R., este implicaria de imediato a liberalização do trigo, deixando abertos mecanismos administrativos e burocráticos para a extensão deste regime ao milho e ao arroz. A curto prazo, a redução da actividade da EPAC inviabilizá-la-ia, ameaçando consequentemente os direitos dos seus dois mil trabalhadores e os postos de trabalho.

Esta perspectiva seria de resto confirmada pela transferência da gestão do seu património para uma comissão interministerial à qual a EPAC seria totalmente alheia e que

definiria as modalidades de aluguer daquele a entidades privadas **prioritariamente** os "produtores nacionais de cereal" e os industriais de moagem. Em suma, a empresa ficaria privada da sua autonomia, incapacitada para definir uma estratégia comercial face aos concorrentes e os "produtores" transformavam-se de uma penada em comerciantes.

Ao nível da produção nacional de trigo, as consequências seriam calamitosas, sendo de esperar que o cereal nacional acabasse por ser destinado a rações para animais e a importação de trigo estrangeiro aumentasse ainda mais, sendo este, de resto, o desejo dos industriais que o consideram mais rentável e lucrativo. Estes firmaram, em Fevereiro passado, um protocolo com a multinacional Louis Dreyfus, com sede nos EUA, que permitiria a esta fornecer cerca de 50 a 60% do trigo importado, uma vez o sector liberalizado. Ora esta mesma Louis Dreyfus, fornece hoje à EPAC em cerca de 7%, apenas.

Para o consumidor, esta política traduzir-se-ia na subida acentuada de produtos alimentares de primeira importância como o pão, massas alimentícias e outros derivados do trigo, o arroz e a carne, já que a matéria-prima das rações para animais é, basicamente, o milho.

Os trabalhadores da EPAC e as suas estruturas sindicais, entretanto, movimentaram-se decididos a impedir por todos os meios a concretização desta orientação ruínoza. Esta luta culminou com uma paralisação de aviso no dia 20 de Maio, que registou adesões supe-

riores a 90%. A unidade dos trabalhadores levou o governo a recuar, consagrando vários pontos do seu caderno reivindicativo, o mais importante dos quais foi a manutenção da própria empresa que o projecto inicial extinguia pura e simplesmente, prevendo o rateio dos seus silos, celeiros e instalações portuárias — um património no valor de 50 milhões de contos — entre os agrários e os industriais de moagem. Os trabalhadores no entanto consideraram que, apesar das suas cedências, o governo tinha simplesmente adiado o problema e que qualquer liberalização seria incompatível com os interesses da empresa e da economia nacional.

A inconstitucionalidade agora reconhecida pelo C. R. deve-se ao facto de esta matéria — intervenção do Estado na economia e delimitação de sectores — ser da competência da Assembleia da República. Aliás a opção governamental de legislar por decreto era um risco calculado, tentando fugir ao debate público e, mesmo, à confrontação com as divisões nas nossas AD por parte de certos grupos económicos opostos aos representados no MAP por Cardoso e Cunha.

Dir-se-ia que o ardor do governo, sua sanha, em prol da apreçoada "liberalização da sociedade civil" tem, na verdade, motivos bem prosaicos; que não são os militares que o incomodam sobretudo e, sim, o facto de nem todos eles serem generais dos comandos; o facto de haver outros órgãos de soberania, que não o governo, a cumprir e a fazer cumprir a Constituição e as leis do regime democrático.

Realizou-se em Guimarães, nos dias 29, 30 e 31 de Maio, o 3.º Congresso dos trabalhadores têxteis sob a responsabilidade da Federação do sector.

Constituíram temas centrais desta reunião, onde participaram delegados eleitos nas empresas e convidados de organizações sindicais de outros países, a actual situação do sector têxtil, a sua reconversão, os direitos e a organização sindical dos trabalhadores.

Nos documentos que serviram de base aos debates na preparação do Congresso e que foram propostos para aprovação, refere-se que os trabalhadores têxteis se mais encontram entre os que mais sofrem as consequências da crise capitalista actual. Um pouco por todo o lado (sobretudo em França e na Inglaterra) empresas do sector são encerradas e milhares de trabalhadores são lançados no desemprego.

As multinacionais, com o apoio dos governos da Europa capitalista, aumentam os seus lucros na exploração dos trabalhadores, contra os interesses dos povos dos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento e, até, dos países desenvolvidos.

Em Portugal, a política de recuperação capitalista, tem tido consequências desastrosas no sector têxtil. A repressão patronal tem-se feito sentir de forma bastante aguda; os contratos a prazo são utilizados abusivamente com total desrespeito pela lei; tem-se verificado o encerramento de várias empresas (Rendas Primor, Manú, Raiontex etc.); têm sido entregues várias empre-

unidades produtivas com dimensão e estruturas convenientes, o controlo da actividade das multinacionais a fim de evitar a liberalização do movimento de capitais, a sabotagem e a fraude; a alteração da actuação da banca neste sector, com a aplicação de medidas de conjunto; o controlo da gestão das empresas por parte dos trabalhadores.

Quanto à tão propagandeada adesão a CEE, refere-se que, noutros países, a adesão, em vez de resolver os problemas fundamentais do sector, tem-nos agravado. As consequências da adesão seriam o brutal aumento do desemprego, a liquidação de grande parte do subsector laneiro, modificações profundas na estrutura da têxtil algodoeira, etc.

No domínio da organização sindical o Congresso definiu, como tarefas prioritárias, a organização nas empresas com mais de 200 trabalhadores do alargamento da rede de delegados sindicais e a intensificação de acções de informação e propaganda junto dos trabalhadores. Essas acções deverão visar sobretudo a sindicalização e a luta contra o divisionismo.

São defendidas as fusões, integrações e verticalizações, não como simples processos administrativos, mas como forma de melhorar a organização e a mobilização dos trabalhadores na defesa dos seus interesses.

É defendida a organização de grupos específicos de trabalhadores, designadamente a mulheres, jovens e reformados, que se debatem com problemas particulares que urge resolver.



Congresso dos Trabalhadores Têxteis

«Os trabalhadores têxteis encontram-se entre os que mais sofrem as consequências da crise capitalista actual»

sas intervencionadas e em autogestão aos antigos patrões.

Este sector de actividade económica, que nos últimos vinte anos teve uma tendência média de crescimento maior que o conjunto das restantes indústrias transformadoras, viveu entre 1973 e 1976 uma das suas crises mais violentas, provocando diminuição absoluta da produção e graves consequências a nível político e social. Essa crise, não se deve às grandes transformações operadas na sociedade portuguesa após o 25 de

Abriu, como alguns insinuam. Outros países tiveram baixas de produção ainda maiores, como é o caso dos EUA, onde a taxa de desemprego nos têxteis é igualmente preocupante.

Quanto à reconversão do sector, urgente e inevitável, os congressistas consideraram que só se poderá efectivar com um governo democrático apoiado no debate profundo com os trabalhadores.

As propostas, já conhecidas, apresentadas pelo governo para a reestruturação do sector têxtil, são

profundamente contrárias aos interesses dos trabalhadores, da economia nacional e do povo português. As propostas governamentais limitam-se a obedecer às exigências e interesses do grande patronato e do Banco Mundial.

A proposta dos Sindicatos consagra, nas suas linhas fundamentais, a garantia do direito ao trabalho dos trabalhadores do sector, referindo que é possível a reconversão, sem desemprego.

Propõe-se a associação de pequenas e médias empresas, em

EM FOCO



Jornalistas têm nova Direcção

Com a sigla "Defender a Liberdade, Construir a Unidade", a lista B candidata aos corpos gerentes do Sindicato dos Jornalistas, venceu recentemente as eleições para o biénio 81/83, por 81 votos de vantagem sobre a outra lista, reforçando consideravelmente a vitória já antes obtida, numa repetição da violação motivada pela anulação do primeiro acto eleitoral.

Manuel de Azevedo (DL), António dos Santos (A Capital, membro dos corpos gerentes cessantes) e Ribeiro Cardoso (DL), encabeçam os novos corpos gerentes (respectivamente: AG, Direcção e Conselho Técnico), constituídos essencialmente por Jornalistas que têm exercido funções de delegados e dirigentes sindicais, ou membros de CTs e Conselhos de Redacção.

A nova direcção do SJ, representativa dum leque de sensibilidades político-sindicais mais restrito que a direcção cessante, propõe-se todavia trabalhar em unidade com os mais vastos sectores de opinião entre os jornalistas, de modo a que, conforme o seu programa: "em futuras eleições, a classe volte a encontrar no seu Sindicato outros

quadros que, nas duas últimas direcções, se destacaram na defesa dos seus direitos e na luta pelas suas reivindicações". Nesse programa de acção, é expressa a intenção de "manter a independência perante as organizações sindicais nacionais de tipo superior", o que se tem mostrado adequado às características do sector, e de acordo com a vontade já anteriormente expressa pela maioria dos jornalistas; de destacar, alguns compromissos assumidos pelos corpos gerentes ora eleitos, consubstanciados em calendário de actuações programadas, por fases, para o ano em curso.

«CASO PRP»

CGTP-IN exige cumprimento da legalidade

A CGTP-IN, à semelhança do sucedido com diversas forças democráticas e o próprio Conselho da Revolução, sensível à situação dos presos do PRP, tomou posição, através do seu Secretariado Nacional, manifestando preocupação relativamente a um caso "em cujo julgamento (...) não terão sido cumpridas as leis portuguesas", fazendo "a enérgica denúncia desta situação" e exigindo "o cumprimento da legalidade", com extracção de "todas as consequências jurídicas da aplicação da Lei da Amnistia".

Os cidadãos em causa, condenados a pesadas penas e aos quais não foi aplicada a Lei da Amnis-

tia, adoptaram a greve da fome como forma de luta pela aplicação da referida lei, pelo julgamento dos que acusam de lhes terem infligido sevícias e pela anulação dos julgamentos onde foram condenados. Quando fechamos esta edição, o dirigente do PRP, Carlos Antunes, ultrapassou a segunda semana de greve da fome e está em condições de saúde que se agravam dia a dia, pelo que acaba de ser transferido para o Hospital de Sta. Maria; entretanto, João Rodarte de Almeida iniciou a mesma forma de luta, prevendo-se que se lhe sigam Isabel do Carmo e os restantes presos ligados a este caso, se as suas reivindicações não forem atendidas.

Constituição das Federações Sindicais das Pescas e da Indústria Alimentar

Realizou-se no passado dia 23-5-81, em Lisboa, o plenário constituinte da Federação dos Sindicatos das Indústrias Alimentares, Bebidas e Tabacos.

O plenário teve a participação de 16 dos 24 Sindicatos existentes no sector, contando ainda

com o apoio de mais 5 que não estiveram presentes.

O Secretariado eleito para a Federação é composto por 20 membros dos quais 13 efectivos e 7 suplentes.

Também os Sindicatos do Sector das Pescas constituíram a Federação

do sector num plenário que se realizou no passado dia 17 de Junho em Peniche.

Estiveram presentes 13 dos 17 Sindicatos existentes. O Secretariado eleito é composto por 20 elementos, 13 efectivos e 7 suplentes.

VIAJE AO ESTRANGEIRO GRÁTIS! PARTICIPE NOS CONCURSOS **ALIANÇA**

1 sorteio p/assinantes

assinante _____

morada _____

eu **assino** a
ALIANÇA 81

1 sorteio p/assinantes

assinante _____

morada _____

eu **assino** a
ALIANÇA 81

1 sorteio p/assinantes

assinante _____

morada _____

eu **assino** a
ALIANÇA 81

1 sorteio p/assinantes

assinante _____

morada _____

eu **assino** a
ALIANÇA 81

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA 81

já **recrutei**
um assinante

angariador _____

morada _____

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA 81

já **recrutei**
um assinante

angariador _____

morada _____

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA 81

já **recrutei**
um assinante

angariador _____

morada _____

1 concurso p/angariadores

ALIANÇA 81

já **recrutei**
um assinante

angariador _____

morada _____

LEIA, ASSINE E DIVULGUE **ALIANÇA**

assinante _____
morada _____

COLOCA ESTE CUPÃO NUM ENVELOPE
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN, R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

assinante _____
morada _____

COLOCA ESTE CUPÃO NUM ENVELOPE
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN, R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

assinante _____
morada _____

COLOCA ESTE CUPÃO NUM ENVELOPE
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN, R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

assinante _____
morada _____

COLOCA ESTE CUPÃO NUM ENVELOPE
JUNTA O DINHEIRO DA ASSINATURA
E ENVIA-OS À CGTP-IN, R. VÍTOR CORDON, 1
1200 LISBOA CODEX

angariador _____
morada _____

ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA

angariador _____
morada _____

ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA

angariador _____
morada _____

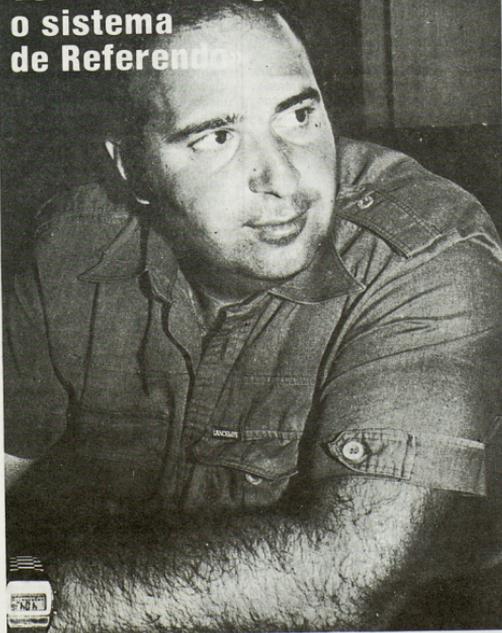
ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA

angariador _____
morada _____

ASSINATURA DE 10/20 NÚMEROS DA
ALAVANCA

NUNES DE ALMEIDA

«Não há razão para que a Constituição venha a consagrar o sistema de Referendo»



No último número da Alavanca, introduzimos o tema da revisão constitucional com uma entrevista do Dr. Vital Moreira, na qual o deputado do PCP explicitou as suas opiniões sobre a revisão, no que se refere particularmente aos direitos dos trabalhadores.

Afirmávamos então, ser nosso objectivo recolher opiniões de deputados de outras formações políticas, designadamente do PS, o que nos foi difícil, talvez pela situação vivida dentro do partido, que preparava intensivamente o seu congresso. Após vários esforços, foi possível recolher o depoimento do Dr. Nunes de Almeida, deputado socialista pelo distrito de Setúbal e membro da Comissão Parlamentar que elaborou o projecto comum da FRS de Revisão Constitucional. Esperamos assim, contribuir para o esclarecimento dos trabalhadores portugueses sobre tal problemática, que tem hoje grande importância na vida nacional, possibilitando o confronto entre as ideias de dois deputados das duas forças políticas democráticas mais importantes do nosso xadrez partidário.

F. C.

A REVISÃO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DOS TR

Alavanca (AI) — Antes de entrarmos na problemática da revisão constitucional, gostaríamos de caracterizasse os direitos dos trabalhadores portugueses consagrados na Constituição vigente.

Nunes de Almeida (NA) — A Constituição de 1976 concede aos direitos dos trabalhadores um estatuto privilegiado, quando comparada com outras constituições, desde logo na medida em que os qualifica, aliás como os restantes direitos económicos, sociais e culturais, como direitos fundamentais.

Todavia, a Constituição actual vai ainda mais longe, quando no seu artigo 17.º manda aplicar aos direitos fundamentais dos trabalhadores o regime dos direitos, liberdades e garantias, o que tem como consequência que aqueles direitos só possam ser restringidos nos casos expressamente previstos na Constituição e sempre através de lei geral e abstracta que não diminua a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais. Por outro

lado, e ainda por força do artigo 17.º, os direitos fundamentais dos trabalhadores, previstos na Constituição, são directamente aplicáveis, vinculando não só as entidades públicas como as entidades privadas, isto é, impõem-se, por exemplo, directamente ao patronato, independentemente da lei que os regulamente.

Assinala-se ainda que, a mencionada equiparação dos direitos fundamentais dos trabalhadores aos direitos, liberdades e garantias, tem como efeito que só aquela Assembleia da República pode regular o seu exercício, devendo os decretos-lei do governo que incidam sobre tais matérias ser julgados como organicamente inconstitucionais.

AI — Considera que a legislação laboral publicada depois da entrada em vigor da Constituição respeita os

seus princípios e as suas normas? E a vigente até Abril de 76, especialmente o Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho DL 49 408) e o Regime dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (Lei 2 127 e DL 360/71)?

NA — Não é possível fazer uma apreciação geral da legislação laboral publicada depois da entrada em vigor da Constituição, considerando-a globalmente como compatível ou incompatível com os princípios e normas constitucionais.

No entanto, deve salientar-se que alguns passos foram dados para, no domínio da legislação laboral, fazê-la adequar ao disposto na Constituição. Referiria especialmente a regulamentação da participação das organizações de trabalhadores na respectiva elaboração, impedindo assim a publicação da legislação feita secretamente, com total desconhecimento dos seus destinatários, bem como a definição dos factos que podem constituir justa causa para o despedimento.

Quanto à legislação anterior ao 25 de Abril, é reconhecido que necessita de ser urgentemente revista, não só porque o Regime Jurídico do Contrato Individual do Trabalho, na parte ainda vigente, se mostra em muitos casos obsoletos e inspirado por uma filosofia que nada tem a ver com aquela em que se alicerça a Constituição actual, mas também porque, por exemplo, o Regime dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais só muito dificilmente se poderá considerar que protege minimamente os trabalhadores em "situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade



para
lei fu

Al-
lhado
sindi-
sentiu
que
290.º
qual-
tar o
comi-
asso-

NA
direit
comi-
asso-
revel-
Ta-
revis-
supr-
restr-
seja-
alca-

Al-
são
mell-
direit
incl-
efec-

Na-
tal é
con-
que
na r

T-
seri-
titu-
nhe-
ord-
as
emp-
dele-
men-
dor-
dos
exe-
de

sen-
das
P-
rida-
me-
dir-
ten-
ço-
raç

DEITOS DOS TRABALHADORES

para o trabalho", tal como o exige a lei fundamental.

AI — **Perante os direitos dos trabalhadores e, em particular os direitos sindicais, em sua opinião qual é o sentido e alcance do limite material a que se refere a alínea e) do artigo 290.º da Constituição, segundo o qual as leis de revisão terão de respeitar os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais?**

NA — Ao incluir no artigo 290.º os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais, a Constituição revela a importância que lhe confere.

Tal inclusão significa que as leis de revisão constitucional não podem suprimir tais direitos e só os podem restringir na medida em que não sejam diminuídas a extensão e o alcance do seu conteúdo essencial.

AI — **Qual o contributo que a revisão constitucional poderia dar para a melhoria e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores (sindicais incluídos) e garantir a sua efectivação?**

NA — Nesta matéria, o fundamental é que a revisão constitucional não contribua para diminuir os direitos que a Constituição hoje já concede, na medida em que são amplos.

Todavia, a revisão constitucional seria o momento adequado para institucionalizar alguns direitos já reconhecidos hoje, na legislação ordinária, como sejam, por exemplo, as garantias de segurança no emprego conferidas aos dirigentes e delegados sindicais, bem como aos membros das comissões de trabalhadores, a livre entrada nas empresas dos dirigentes sindicais quando no exercício das suas funções e o direito de os trabalhadores elegerem representantes seus para os órgãos sociais das empresas do sector público.

Por outro lado, e apesar da já referida equiparação dos direitos fundamentais dos trabalhadores aos direitos, liberdades e garantias, mas tendo em conta algumas interpretações que têm reduzido essa equiparação, conviria que na próxima



revisão constitucional os mais importantes direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas passassem a constar expressamente do Título II da Parte I, eliminando-se, assim, quaisquer motivos para dúvidas que possam eventualmente subsistir.

AI — **Pensa que a imposição legal de um referendo para, de forma directa ou indirecta, se determinar a representatividade das organizações sindicais, se compadece com os princípios constitucionais vigentes? Por outro lado a revisão constitucional poderá consagrar tal imposição?**

AN — A lei ordinária pode e deve estabelecer regras que definam a legitimidade das organizações sindicais para a celebração de convenções colectivas de trabalho, sob pena de qualquer mini-sindicato ou até pseudo-sindicato se arrogar o direito de proceder à negociação colectiva com o patronato, ao lado das organizações que efectivamente representam um número significativo de trabalhadores.

As formas concretas por que se há de aferir essa legitimidade são remediadas pela Constituição para a lei (artigo 58.º, n.º 4) e assim deve continuar a acontecer, não se vendo razão para que a Constituição venha a consagrar o sistema de referendo, ou qualquer outro.

AI — **Os organismos representativos dos trabalhadores devem participar na revisão constitucional na matéria que se relacione com os direitos sociais? Em caso afirmativo tal participação decorre dos princípios constitucionais? Ou de que princípios?**

NA — Os organismos representativos dos trabalhadores devem participar na revisão constitucional, através do debate público, sério e sereno que deve ser travado por todos os cidadãos e organizações responsáveis, em torno daquela matéria.

É evidente que os organismos representativos dos trabalhadores, ao debaterem a questão da revisão constitucional, se encontram especialmente vocacionados para poderem contribuir, através do seu conhecimento e da sua experiência, para uma mais perfeita revisão da constituição na parte referente aos direitos sociais.

Aliás, a participação desejável dessas organizações no debate sobre a revisão constitucional decorre directamente do facto de ela interessar a todos os cidadãos, pelo que a sua discussão não pode, nem deve, confinar-se ao hemiciclo de S. Bento, muito embora, como é óbvio, a decisão final tenha que caber apenas e exclusivamente à Assembleia da República, através da maioria qualificada de 2/3 dos seus membros presentes.

A recente aprovação, embora só na generalidade, pela Assembleia da República, de dois projectos de diploma sobre contratos a prazo emanados da UEDS e do PS e destinados a substituir o Decreto-Lei n.º 781/76 de 28 de Outubro, veio criar algumas expectativas no sentido de poderem ser, a curto prazo, ultrapassadas algumas das gravíssimas consequências que, para os trabalhadores portugueses, derivaram da aplicação das normas impostas por este último decreto-lei

Pouco se disse, porém, sobre as razões de fundo que levaram o I Governo Constitucional a aprovar o regime do DL 781/76, com todas as óbvias consequências que determinaria, e se as actuais condições político-sociais podem justificar grandes esperanças numa modificação substancial do regime legal dos contratos a prazo, ou seja, se no quadro vigente são de prever profundas alterações no conteúdo de uma decisiva arma utilizada pelo patronato para recuperar o pleno autoritarismo no seio da empresa e dispor de uma mão-de-obra dócil e em número ajustável às necessidades de cada momento. Justificam-se, pois, algumas palavras sobre esta questão.



Novo regime para os

O FIM DE UM

Após o 25 de Abril, a garantia da estabilidade do emprego esteve no centro das mais importantes lutas laborais desenvolvidas pelos trabalhadores portugueses, as quais foram orientadas em 2 planos diferentes.

Ao nível dos contratos sem prazo e porque era aqui que a questão se punha com toda a sua acuidade, dado o pequeno número de contratos de trabalho a prazo então existentes, através da **permanente reivindicação no sentido de serem proibidos os despedimentos sem justa causa**, o que, no plano legal, veio a ser conseguido com a publicação do DL 372-A/75, de 16 de Julho.

A nível dos contratos a prazo, através da contratação colectiva, **fixando-se nas convenções normas**

que, na prática, impediam as entidades patronais de, pela via dos contratos a prazo, fazer frustrar o regime tão custosamente consagrado no DL 372-A/75.

Através deste sistema se rompia decisivamente com a tradição liberal do contrato de trabalho e se lhe dava a sua exacta dimensão de **modo de vida dos trabalhadores** — no sentido de que é na empresa e localidade os trabalhadores passam grande parte da sua existência e do seu salário que lhes permite assegurar a subsistência — não se podendo permitir que a manutenção desse contrato seja colocada dentro da esfera do poder arbitrário do empregador.

É evidente que a consagração prática do sistema descrito leva a um

ponto limite a lógica do esquema de funcionamento de uma sociedade centrada na propriedade privada da empresa e na iniciativa individual como motora do desenvolvimento económico. Dai que, o poder político resultante dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 passe a aceitar como válidos, os argumentos sempre invocados pelas associações patronais, considerando que o regime do DL 372-A/75 e as restrições à contratação a prazo se traduziam em limitações inconvenientes ao desenvolvimento normal da actividade económica e eram assim factores que acabavam por agravar o desemprego existente.



para os contratos a prazo
DE UM PESADELO?

“Quebrar a espinha à Intersindical”

Deixe-se bem claro que este tipo de argumentação é absolutamente errôneo e só aceitável para quem, por ela, queira ser enganado. Com efeito limita-se, na sua primeira parte, a reproduzir o que é sistematicamente repetido pelas forças ligadas ao capital sempre que qualquer melhoria na situação dos trabalhadores afecta o seu poder, seja através de um aumento de salários ou do reconhecimento de novos direitos. Por outro lado, existiam e existem meios de resolver os problemas existentes, as necessidades temporárias de mão-de-obra, sem afectar, como deliberadamente se fez com o DL 781/76, o direito à manutenção dos postos de trabalho. Quanto aos efeitos deste diploma na resolução do problema do emprego os números aí estão para demonstrar o absurdo de tal tese: em termos absolutos o desemprego não diminuiu e não está provado que o regime vigente tenha, por si, contribuído para um aumento do número total de empregados.

Assim e para além da cobertura das afirmações oficiais, só pode compreender-se a publicação do DL 781/76 se tivermos presente três vectores:

O actual regime dos contratos a prazo só pode ser fixado em face das alterações verificadas no âmbito do poder político, com os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 e a reintegração progressiva dos elementos essenciais da lógica de funcionamento do sistema capitalista na sociedade portuguesa.

O regime estabelecido traduzia — como traduziam certas medidas do Governo PS — uma tentativa de recuperar a confiança dos capitalistas —

Novo regime para os con

incentivando-as ao investimento através da garantia de que afinal as limitações aos poderes patronais estabelecidas após o 25 de Abril podiam ser ultrapassadas em parte através de expedientes legais onde os contratos a prazo constituíam pedra angular.

A publicação do diploma inseria-se ainda dentro da estratégia do Governo de “quebrar a espinha à Intersindical”, pois o novo regime não podia deixar de afectar o poder das organizações de trabalhadores no seio da empresa, pela introdução nelas de elementos que praticamente em cada momento têm o seu posto de trabalho dependente da entidade patronal e que, por isso, são facilmente manobráveis por esta ou, na melhor das hipóteses, estão desincentivados de integrarem processos de luta de onde pode resultar a perda do emprego.

Só o conhecimento destes elementos nos permite entendermos que na recente discussão havida na Assembleia da República, o deputado do PSD Fleming de Oliveira tenha efectuado uma intervenção em que três pontos são salientes:

— um ataque cerrado ao regime do



GEFA, Confecções, Lda.

Abuso de poder, Arbit

Num dia de calor escaldante a nossa reportagem deslocou-se a Alhos Vedros. Pretendíamos visitar uma empresa onde o número de trabalhadoras com contratos a prazo fosse significativo. Saber como vivem o seu dia a dia na empresa, que condições de trabalho lhes são dadas, que perspectivas sindicais podem ter estas pessoas, era outro dos nossos objectivos.

Avistámo-nos com as delegadas sindicais que nos conduziram ao pátio que circunda o edifício onde 360 operárias produzem o vestuário em série da empresa “GEFA Confecções, Lda. “. Um pouco por todo o lado vimos mulheres, sentadas ora em tijolos, ora numa esquina saliente dum muro, ou ainda de pé, comendo a sua refeição.

para os contratos a prazo

DL 372-A/75 qualificando-o como "uma drástica e injustificável limitação imposta ao empresário em sede de despedimento" que seria imperioso modificar a curto prazo.

— uma defesa dos Tribunais de Trabalho e da Inspeção de Trabalho que segundo o Sr. Deputado "cumpriu zelosamente, por vezes com excesso, as suas funções".

— um elogio ao actual sistema dos contratos a prazo expressa na afirmação seguinte: "só por puro faccionismo se poderá afirmar que a conjuntura próxima passada e presente e apesar dos muitos abusos que se praticaram à sua sombra o DL 781/76 não se revelou como medida de certo modo meritória...".

Esta posição da maioria parlamentar tem, pelo menos, o mérito de pôr as questões com clareza: o regime dos contratos a prazo como está actualmente concebido, serve de alternativa ao regime "drástico e injustificável" do DL 372-A/75 e a revisão daquele vai necessariamente ser acompanhada da revisão deste, como referiu o mesmo senhor deputado e está certamente na mira da maioria ao fixar em dois meses o prazo para a Comissão do Trabalho



se pronunciar sobre os projectos aprovados.

Tudo indica, pois, que o projecto da AD consista em permitir a revisão do regime legal dos contratos a prazo, apenas no momento em que através da alteração do DL 372-A/75 deixe de lhe interessar manter as normas do DL 781/76.

Um presente envenenado da AD

Com efeito e como inequivocamente o demonstra a nossa experiên-

cia até ao 25 de Abril, se o regime dos contratos sem prazo for de molde a garantir que os patrões tenham ao seu serviço quem e quando muito bem entendem, o contrato a prazo perde todo o interesse e passa a ser utilizado, excepcionalmente, apenas para os fins a que naturalmente está vocacionado (substituições, acréscimo temporário de trabalho etc.). Na verdade é óbvio, que as entidades patronais ficam bem melhor servidas com um sistema liberal de despedimentos do que com a utilização sistemática do contrato a prazo, em que a

es, Lda.

der, Arbitrariedade, Prepotência

Os guardas da empresa olhavam-nos com suspeição e não sem animosidade já expressa anteriormente ao tentarem impedir-nos a entrada, mesmo acompanhados pelas delegadas sindicais.

Fizemos uma primeira abordagem a um grupo de trabalhadoras, todas elas com contratos a prazo. Difícil este contacto. Penoso, mesmo. Entre uma garfada e à torreira do sol, uma mirada curta e timorata às andanças dos guardas, as primeiras palavras surgiram...

— Sabíamos que vocês cá vinham para falar com gente que tem contratos a prazo. Aqui na empresa somos quase 150 nestas condições... e só aqui estamos seis para falar com vocês.

Seis mulheres que se prontificaram

a prestar declarações à nossa reportagem, de entre 150. Não é fácil compreender tanta falta de segurança, tanto medo, sete anos após a madrugada libertadora de Abril.

— É que — explicam-nos — estamos permanentemente ameaçadas de despedimento. Nós entramos para a empresa à experiência, por 15 dias. Se agradamos dão-nos um contrato de seis meses. Se continuamos a agradar o contrato pode ser renovado por mais seis meses e por aí fora.

Compete às mestras e encarregadas determinar se esta ou aquela trabalhadora "agrada". São elas que diariamente vão fazendo a triagem e são elas quem informa a gerência da "capacidade de trabalho" das operárias.

São elas igualmente que juntamente com os gerentes (um suéco, outro finlandês) decidem do prazo de duração do contrato.

— Só ao fim de três anos é que passamos a efectivas. Até lá podem despedir-nos em qualquer altura. Tantas que por aqui passaram e que foram despedidas ao fim de dois anos...

Uma situação destas dos abusos de poder, as arbitrariedades e a prepotência são lugares comuns que se abatem sobre estas trabalhadoras. Algumas destas mulheres são também estudantes. Como tal teriam direitos que estão claramente consignados na lei. Todavia, a lei é letra morta na empresa privada que é a GEFA.

— Nós sabemos que se pretendemos usufruir da hora a que temos direito, por sermos trabalhadoras estudantes, seremos despedidas. As encarregadas não nos deixam falar. Se queremos ir à casa de banho temos que o fazer muito rapidamente

Novo regime para os contratos a prazo

existência de um termo certo sempre presente acaba por ter resultados negativos na produtividade do trabalhador.

Há, pois, elementos de sobra para recelar que a abstenção da AD na votação dos projectos do PS e da UEDS e que permitiu a aprovação destes, seja afinal um presente envenenado, na medida em que aceita alterações a algo de que vai deixar de precisar com a importância que até hoje se tem apresentado.

É óbvio que o que se diz acima, não tem em vista diminuir o interesse que tem de ser posto na eliminação definitiva do inqualificável sistema do Decreto-Lei n.º 781/76. Nesse sentido há que fazer todos os esforços a fim de principalmente assegurar que, de uma vez para sempre, o carácter excepcional do contrato de trabalho a prazo fique devidamente caracterizado, de modo a impedir-se a sua sistemática utilização como forma de frustrar a proibição dos despedimentos sem justa causa.

Simplesmente há que ter bem presente que, se pelos aspectos particulares atrás expostos, a questão dos contratos a prazo ganhou entre nós especial importância e significado, só conjuntamente ela surgiu como



uma questão central e, dentro em breve, ao mesmo tempo que vai ocupar o lugar secundário que naturalmente lhe compete, o ponto fundamental vai ser a revisão do DL 372-A/75, ou seja, das normas que proíbem o despedimento sem justa causa.

Será aqui que a verdadeira natureza de classe da AD se vai de novo apresentar pretendendo abrir brechas naquela que é provavelmente a

mais importante conquista histórica deste século, no domínio da legislação laboral, dos trabalhadores portugueses. Será, pois, também aqui que a oposição aos seus desígnios se deve centrar de modo a que não se substitua o pesadelo dos contratos a prazo pela noite negra dos despedimentos sem justa causa.

**Pedroso de Lima
advogado**



e só depois de pedirmos autorização. Embora tenhamos sido impedidos de entrar nas instalações fabris da empresa, podemos contactar, porque obvia, a falta de um refeitório ou até de um local abrigado do sol ou da chuva, onde as operárias pudessem tomar as suas refeições. Segundo nos disseram, dentro das instalações fabris cai a chuva no inverno e o calor do verão é insuportável.

— O ar condicionado está nos escritórios. Mas isso ainda é o menos.

O pior de tudo é não sabermos nunca o que vai ser o dia de amanhã.

A actividade sindical ressentese, igualmente, numa empresa como a GEFA, como muito claramente no-lo disseram as três delegadas sindicais.

— Apesar de levarmos a cabo formas de luta (greves) pelo cumprimento efectivo da contratação colectiva por o sector, as adesões a estas formas de luta são relativamente reduzidas, já que aqui as pessoas são ameaçadas de despedimento pelo simples facto de se sindicalizarem. Facilmente se imagina o que sucederia àquelas contratadas a prazo que aderissem à greve: A actividade sindical não está, todavia, morta na empresa. Neste sentido as delegadas sindicais lançam um apelo às suas camaradas de trabalho.

— Se pelo menos o pessoal efectivo se unir verdadeiramente, podemos pressionar as entidades patronais de modo a que sejam dadas soluções aos múltiplos problemas que se colocam a todas as trabalha-

doras da empresa. A nossa luta é justa e contamos com o apoio de todos os trabalhadores, das suas organizações e da CGTP-IN. Mais tarde ou mais cedo sabemos que havemos de vencer e que os contratos a prazo na GEFA, como noutras empresas, deixarão de existir. Porque o direito ao trabalho é um direito de todos os seres humanos.

Nesta como em centenas de outras empresas, os contratos a prazo constituem, como afirma o dr. Pedroso de Lima noutro artigo que publicamos na nossa revista "uma decisiva arma utilizada pelo patronato para recuperar o pleno autoritarismo no seio da empresa e dispor de uma mão de obra dócil e em número ajustável às necessidades de cada momento".

É esta situação, que tem a total cobertura do governo, que urge combater. É o salário que permite aos trabalhadores assegurar a sua subsistência. E a subsistência dum trabalhador não pode ficar suspensa dumha decisão arbitrária e desumana de qualquer entidade empregadora.

ALIANÇA

jovens



DEMOCRATIZAR A ESCOLA: Um imperativo nacional



A educação e o sistema de ensino assumem uma importância fundamental não apenas para o indivíduo mas também para a sociedade. São um problema político de primeira importância, mesmo quando não explicitado nos programas e intervenções das principais forças políticas.

No nosso país, os problemas educativos interessam directamente a dois milhões de portugueses. Mas interessam indirectamente a todo o tecido social.



A educação é, no plano financeiro, um dos sectores que mais pesa no conjunto das despesas do Estado. Em 1981, o OGE prevê gastos superiores a 50 milhões de contos, montante significativo mas que está longe de corresponder às necessidades de desenvolvimento e democratização do sistema educativo.

Mas a educação não pode ser reduzida a dados estatísticos, a um orçamento, à pedagogia, ou, isoladamente a qualquer outro aspecto.

No Portugal democrático, a importância das questões educativas advém no papel determinante que o sistema escolar desempenha na formação da juventude, no progresso científico e tecnológico e na formação dos quadros intelectuais e técnicos necessários ao desenvolvimento independente do nosso país.

São visíveis para todos, professores e opinião pública, graves problemas no funcionamento do sistema escolar: carências enormes de instalações, 12.º ano, autonomia universitária, incapacidade do MEC em apoiar a formação em exercício, o fraco aproveitamento escolar dos nossos jovens, a ausência de formação profissional e o desemprego juvenil.

Mas, estes são apenas os aspectos mais evidentes da crise global do sistema educativo. Crise que, apresentando embora características qualitativamente diferentes da de antes do 25 de Abril, apresenta três traços fundamentais:

1.º — **Uma deficiente expansão do sistema educativo**, que faz com que Portugal tenha as mais baixas taxas de escolarização da Europa: 20% dos jovens não completam ainda a escolaridade obrigatória de 6 anos e 45% não chegam a completar o 9.º ano de escolaridade, para além dos 23% de analfabetos literais na população maior de 14 anos.

2.º — **O desajustamento do sistema educativo face às necessidades de desenvolvimento económico e social independente do país**, constatável sobretudo na incapacidade do sistema educativo em proporcionar aos jovens uma formação profissional adequada à sua inserção no mundo do trabalho.

A forma como são determinados os "números clausus" para o ingresso nas diferentes universidades é um exemplo marcante do divórcio que se pretende que exista entre a escola e o desenvolvimento independente do país. Portugal é, dos países da Europa, um dos que apresenta uma das mais baixas taxas de frequência no ensino superior: em 1975, 8,4 estudantes por 1000 habitantes, contra, por exemplo, 14,7 da Bulgária, 15,0 da Espanha, 17,4 da Itália e 23,0 da RDA. Pois, quando deveria ser feito um esforço de aproximação dos índices europeus, a aplicação generalizada dos "números clausus", calculado unicamente na base da capacidade das instalações, e mesmo assim com critérios discutíveis, tem originado um decréscimo no número de estudantes do ensino superior.

3.º — **As elevadas taxas de repetências**, que tornam a escola um local de insucesso para milhares de jovens, particularmente dos provenientes das camadas populares. Em 1977-78, cerca de meio milhão de crianças e jovens terminaram o seu ano de trabalho sem que o seu aproveitamento tivesse atingido um nível considerado mínimo.

As raízes desta crise global são múltiplas e de complexa determinação. Mas, na Resolução do Congresso do SPGL, destacam-se três grupos essenciais:

1.º) as consequências ainda, da pesada herança legada pelo regime anterior ao 25 de Abril na educação, como em outros sectores;

2.º) as dificuldades e contradições do processo de democratização subsequente ao 25 de Abril;

3.º) a política de contenção, autoritária e incompetente, empreendida pelos ministérios de Cardia e prosseguida por alguns dos ministérios posteriores.

A política do actual Ministério de Victor Crespo, responsável desde Janeiro de 1980 pela educação, em vez de abrir perspectivas de resolução para a crise, tem vindo a agravar a dia a dia com a sua incapacidade política e mesmo, em alguns domínios, com a sua total incompetência técnica.

Dois exemplos do que se afirma: o abaixamento da idade de ingresso no ensino primário para crianças de menos de 5 anos e o lançamento do 12.º.

São conhecidas as enormes carências em salas de aulas existentes no ensino primário: em 1975, um perito

da OCDE estimava em 9000 salas as necessidades imediatas. São igualmente conhecidos os dados de psicologia de desenvolvimento que mostram que a escolarização precoce, em vez de benéfica, pode ser prejudicial para a criança. Pois foi no desconhecimento total desta realidade, e sem que tenha sido tomada qualquer medida de planeamento, que se decretou o abaixamento da idade de ingresso no ensino primário para 5 anos e 9 meses, piorando consideravelmente as condições de trabalho neste grau de ensino, em particular nas zonas limítrofes das grandes urbes, multiplicando os regimes tripos e criando um novo tipo de horário até aqui desconhecido: o regime quádruplo (2 classes com 2 professores na mesma sala e a mesma hora).

É de todos conhecido o que se passa com o 12.º ano, que pode ser sintetizado nesta única constatação: no fim do 2.º período escolar, havia jovens que ainda não tinham professores para as disciplinas em que se matricularam. Todo o processo de lançamento do 12.º ano mostra a evidência que o actual Ministério, e particularmente o Ministro, cuidou mais dos efeitos eleitorais que representou o acabar com o propedéutico, que das condições necessárias ao efectivo funcionamento de mais este ano de escolaridade.

Mas essa incapacidade política e essa incompetência técnica, tiveram a sua mais elevada expressão na apresentação da proposta da Lei das Bases do Sistema Educativo. Incapacidade política em suportar um debate público. Incapacidade técnica ao apresentar uma fundamentação insuficiente e errada.

O actual Governo insiste, no seu Programa, na apresentação de uma proposta de Lei das Bases. A ser idêntica à já apresentada, representará a séria ameaça à democratização da escola portuguesa e, como tal, contará novamente com a mais viva oposição dos professores e de todos os interessados no papel social da escola.

O Plano do Governo para 1981-84

Face à crise que o sistema educativo atravessa, era previsível que o Governo no seu Plano a médio prazo (1981-1984), apontasse as traves mestras de uma política capaz de a ultrapassar, concretizando os objectivos e quantificando metas para os próximos 4 anos.

É com a mais profunda decepção que dizemos que o Plano 1981-1984 é, no sector da educação, um repositório de lugares comuns e de palavras

sem conteúdo, só possíveis de serem escritas por quem se sente totalmente incapaz de conhecer e transpor a realidade educativa do nosso país.

Señão vejamos como são apresentados os objectivos da política educacional para esse período: "promover uma mutação qualitativa na situação da educação em Portugal pela adopção de novas fórmulas e métodos que possam responder às exigências crescentes da educação por parte de toda a população"; "assegurar uma real igualdade de oportunidade de acesso à instrução"; "eliminar o analfabetismo"; e, "edificar uma escola que corresponda em qualidade às necessidades do desenvolvimento económico e social".

Depois de se ler esta pia declaração de intenções, que pode figurar em qualquer artigo de imprensa, mas não um Plano Governamental de Médio prazo, ainda se pensa que nas "acções a emprender" o nível de concretização aumente. Mas isso é uma esperança vã. E que o que continua a existir são 13 lugares comuns apresentados como acções. Alguns exemplos: "elaborar uma Lei de Bases do Sistema Educativo"; "alargar o período de escolaridade para nove anos"; "readaptar os estabelecimentos de ensino"; "Melhorar a preparação e qualificação do pessoal docente"; "reforçar os núcleos de acção social escolar"; ou, "reforçar a investigação ligada às realidades do país".

Será que o governo considera possível, até 1984, eliminar a 100% o analfabetismo, fazer uma cobertura total da escolaridade obrigatória de 9 anos, ou apetrechar as escolas com todo o material que necessitam?

Se assim é, quais os meios financeiros e humanos que o governo pensa mobilizar nessa tarefa?

Como nada disso é dito, somos levados a pensar que a actual equipa do MEC é totalmente incapaz de caracterizar a actual situação do ensino e apontar as medidas capazes de ultrapassar a crise. Para outros sectores da vida nacional, o Plano apresenta medidas e perspectivas concretas; podem ser discutíveis, mas são medidas concretas, não são meras declarações de intenções!

Uma estratégia para a democratização da escola

Mas a actuação do SPGL não se pauta unicamente por uma atitude crítica face à ineficácia do Governo.

Na base do estudo e da experiência daqueles que diariamente lidam com os problemas da educação, e que os representa, o SPGL, tem vindo a



apresentar um conjunto de medidas que, a serem aplicadas num contexto geral de desenvolvimento e progresso social, permitiriam ultrapassar a crise actual do sistema educativo.

O Congresso dos Professores que se realizou em Março deste ano, inseriu-se nesse esforço de estudo e procura dar melhores soluções para o futuro da educação nacional.

Em todos os trabalhos preparatórios do Congresso, tornou-se claro que a resposta à crise só pode ser encontrada no âmbito da democratização da escola considerada na resolução final, para além de uma exigência ética e de uma condição para o desenvolvimento integral da pessoa humana, em imperativo de desenvolvimento económico e progresso social".

Em nosso entender, a democratização da escola e de todo o sistema educativo, pode ser vista segundo três dimensões, complementares e convergentes:

- 1.ª — a igualdade de oportunidade de acesso à educação;
- 2.ª — a democratização das estruturas escolares;
- 3.ª — a igualdade de oportunidades de sucesso na escola.

É nesta perspectiva multifacetada que a Resolução do nosso Congresso encara no seu capítulo I, a democratização da escola, propondo designadamente uma estratégia assente:

1. Na expansão do sistema educativo, com o desenvolvimento da educação pré-escolar, o cumprimento efectivo da escolaridade obrigatória de 6 anos e o seu alargamento a 9 anos, o aumento substancial das taxas de frequência nos ensinos

secundário e superior, o combate ao analfabetismo, a generalização do atendimento às crianças e jovens necessitados de educação e ensino especial; política essa que deverá assentar no crescimento das despesas com a educação no OGE, de forma a atingir nos próximos 3 anos o valor de 1976 (19%).

2. Na democratização das estruturas escolares, com a existência de uma única via de ensino no período da obrigatoriedade escolar de 9 anos, o que implica a adopção de um único regime de horário no ensino primário e a substituição progressiva da telecola pelo ensino preparatório directo, e de uma estrutura integrada nos ensinos secundário e superior, bem como novas possibilidades de educação que facilitem a continuação dos estudos aos jovens trabalhadores.

3. Na igualização das possibilidades de sucesso, tornando a escola um meio educativo estimulante, onde a preocupação fundamental seja a formação global do indivíduo como sujeito autónomo e responsável e como cidadão solidário, interveniente e produtor, e onde, através de uma estreita ligação entre a escola e o mundo do trabalho, se possibilite uma preparação para a vida activa e se crie em todos os alunos o respeito pelo trabalho, nomeadamente pelo trabalho manual.

A democratização da escola e de todo o sistema educativo é, além de uma exigência ética e de uma condição para o desenvolvimento integral da pessoa humana, um imperativo do desenvolvimento económico e do progresso social.

António Teodoro
(Presid. da Direcção
do Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa)

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária reuniu em Évora nos dias 30 e 31 de Maio, 2.908 delegados — trabalhadores das UCP's e Cooperativas, pequenos e médios agricultores, técnicos ligados ao trabalho rural — e representantes de organizações sindicais e camponesas de França, Espanha, Itália, República Democrática Alemã, União Soviética, Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Angola e da Federação Sindical Mundial, além da CGT-IN, de Sindicatos agrícolas e de Secretariados das UCP's. Da Holanda vieram os jovens que têm promovido um intenso trabalho de solidariedade desde 1975: do Comitê Wageningen, do Comitê de Nymegen e da Tulipa Vermelha.

A presença de numerosos jovens trabalhadores das UCP's, cheios de vigor e alegria, deixou a certeza de que a Reforma Agrária nos seus 7 anos de luta construiu as suas próprias forças, capazes de levantar contra as pressões destruidoras e obscurantistas uma invencível barreira de trabalho e valor revolucionário. Estava ali patente o caminho para o futuro aberto pelos trabalhadores com o 25 de Abril. O tempo em que homens e mulheres, trabalhadores do campo, andavam curvados pela miséria e o medo já passou para nunca mais voltar. Hoje rapazes e raparigas erguem as cabeças e as vozes para comunicar ao país que têm alcançado grandes êxitos no caminho que escolheram pelo aumento da produção e pela mudança de vida nos campos. É o exemplo de uma geração sadia que cresce numa zona onde foi eliminada a exploração do homem pelo homem, onde a defesa dos interesses dos trabalhadores e de suas famílias tornou possível a melhoria das condições de vida e o aperfeiçoamento da produção.

A reacção e muita gente mal esclarecida, tentam diminuir a importância da Reforma Agrária, dizendo que ela não passou da transformação dos latifúndios privados em latifúndios colectivos.

A verdade é outra: com o início da Reforma Agrária as terras abandonadas passaram a dar pão e nós deixámos de chegar ao sábado na incerteza de termos ou não trabalho na segunda-feira seguinte. A emigração, as longas jornadas fora de casa, os salários de miséria, a fome e a prisão, e quantas vezes o insulto e o espancamento, por irmos ao latifúndio buscar umas bolotas para matarmos a fome, deixaram de ser o nosso dia a dia.

Em 1975, os nossos salários passaram de 80\$00 para 180\$00 e pela primeira vez na vida passámos a ter fins-de-semana e férias pagas, proibição de despedimento sem justa

causa, transporte para o local de trabalho, trabalho pago a dobrar aos feriados e domingos, tudo isto assente na primeira Portaria de Regulamentação de Trabalho.

Criaram-se perto de 50 000 postos de trabalho.

Ao tentar destruir a Reforma Agrária o governo "AD"/Pinto Balsemão, pretende também voltar ao passado obscurantista, de desemprego e fome.

Ao lutarmos em defesa da Reforma Agrária, lutamos pela nova vida que ela nos trouxe.

Por isso a nossa luta vai continuar em defesa da Reforma Agrária e da melhoria das condições de vida que ela nos trouxe, contra o governo "AD"/Pinto Balsemão e pela sua substituição por um governo democrático que tenha em conta os nossos interesses".

A Reforma Agrária está a ser ilegalmente destruída

Com estas palavras os trabalhadores traduziram a vitória de um processo que alterou profundamente a vida nos campos do Alentejo e Ribatejo. A sua luta organizada tem permitido, mesmo sob a pressão das forças reaccionárias que utilizam o Ministério da Agricultura para destruir UCP's e Cooperativas, **aumentar a produção, beneficiar as populações rurais, elevar a consciência do povo que repudia firmemente as acções criminosas contra as liberdades democráticas.**

A Conferência denunciou: A Reforma Agrária está a ser ilegalmente destruída pelos governos de direita — a Constituição é ignorada, as leis não são cumpridas, os Tribunais são desrespeitados.

— 569 mil hectares das melhores terras foram retiradas às UCP's e Cooperativas;

— 111 UCP's e Cooperativas foram destruídas e 62 inutilizadas;

— 214 500 cabeças de gado e 11 060 máquinas e aliafas foram usurpadas;

— 46 000 postos de trabalho foram destruídos;

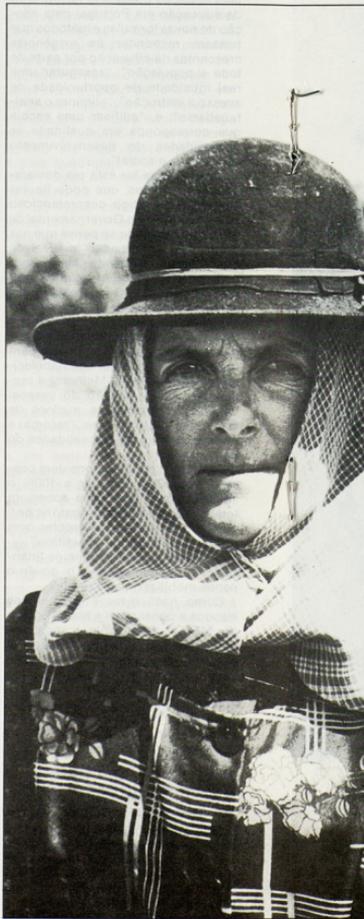
— 166 000 hectares de searas semeadas pelos trabalhadores foram entregues aos agrários;

— 12 500 milhões de contos são devidos pelo Estado às UCP's e Cooperativas;

— mais de 2 000 trabalhadores foram feridos e dois assassinados, António Maria Casquinha e José Geraldo, em defesa da Reforma Agrária.

Entretanto, e como garante dos êxitos do processo de Reforma Agrária conduzido pelos trabalhadores, "apesar dos 5 anos de ofensiva e ataques, desde o Governo de Mário Soa-

DEFENDER, HECTARE A HECTARE AS 439 UCP's QUE FICAM E CONTINUAM A SER



HECTARE A HECTARE, UCP's QUE RESISTEM NÃO A PRODUZIR



res até aos governos da "AD", nos seus 561 mil hectares que as UCP's e Cooperativas ocupam hoje, produzem mais e melhor do que os agrários produziam antes, em 1 milhão 130 mil hectares".

ANOS	ÁREAS SEMEADAS (ha)	TAXA DE OCUPAÇÃO CULTURAL
Antes da R. A.	54 500	8%
1975/6	271 000	23%
1976/7	265 000	23%
1977/8	312 000	28%
1978/9	279 000	30%
1979/80	315 000	35,6%

Dos 315 000 hectares semeados apenas foram colhidos pelos trabalhadores 199 500 hectares. O governo AD entregou aos agrários 116 000 hectares cultivados em 1980 no total de 324 000 hectares entregues. Verifica-se, assim, que os agrários roubaram 37% da área cultivada pelos trabalhadores da Reforma Agrária.

Uma das intervenções assinalou: "Das 321 000 toneladas de cereais produzidos na Reforma Agrária, só 146 000 foram colhidas nas UCP's/Cooperativas, tendo sido entregues aos agrários pelo de 65 000 toneladas. Nas oleaginosas os agrários ficaram com 2 700 toneladas das 7 000 produzidas, no arroz os trabalhadores só colheram 29 600 toneladas das 47 500 que produziram, e no tomate apenas foram colhidas 80 400 toneladas das 133 000 produzidas".

Estes são apenas alguns exemplos do boicote ao desenvolvimento da produção na zona da Reforma Agrária. Acrescente-se ainda a entrega aos agrários de gado, máquinas, produção florestal, melhoramentos fundiários, barragens, etc.

UCP's/Cooperativas criam riqueza nacional

O cálculo do valor médio que cada trabalhador agrícola produz anualmente, tem indicado uma evolução pronunciada na zona da Reforma Agrária: em 1977 era de 141 contos; em 1978 de 170 contos e em 1979 alcançou os 242 contos. Por outro lado também cresceu a rentabilidade da terra: em 1977 correspondia a 5,8 contos, em 1978 a 6,7 contos e em 1979 a 8,5 contos.

A criação de riqueza nacional pelas UCP's/Cooperativas é inegável. No último ano foi atingida uma produção média de trigo de 1 600 kg/ha, o que é extraordinário para Portugal. Certamente muito mais poderia ter sido feito, não fosse o estrangulamento económico e a ofensiva contra a Reforma Agrária impostos pelos governos de direita.

Os estrangeiros têm-se mostrado surpreendidos com a capacidade dos trabalhadores de criarem novos

recursos para promover o desenvolvimento da produção. Uma das conquistas mais admiráveis foi a sobrevivência económica pelo auto-financiamento. Em 1979 calcula-se em cerca de 2,8 milhões de contos o autofinanciamento para o conjunto das UCP's/Cooperativas.

8 milhões de contos roubados em 1980 aos trabalhadores

Diante dessa demonstração de patriotismo na defesa da economia nacional, a ofensiva governamental contra as UCP's/Cooperativas assume um papel monstruoso, de verdadeiro crime contra o património nacional e o povo português. No balanço da 5.ª Conferência lê-se: "A quantificação monetária da ofensiva situa-se em 12,5 milhões de contos, dos quais 8 milhões correspondem aos roubos efectuados em 1980".

Com as terras retiradas aos trabalhadores estão a ser reconstruídos os latifúndios, alguns deles com áreas superiores a 5 000 hectares. Mais de 250 herdades roubadas às UCP's/Cooperativas estão abandonadas ou sub-aproveitadas; em mais de 200 a azedaia ficou por apañar ou foi mandada enterrar pelos agrários; cerca de 130 barragens e albufeiras não são aproveitadas e algumas foram criminosamente despejadas pelos agrários.

Mas não é apenas contra a Reforma Agrária que as forças reaccionárias procuram levar a cabo o seu projecto de destruição. O representante da CGTP-IN, José Ernesto Cartaxo, afirmou: "A acção anti-patriótica e anti-popular deste governo faz-se sentir de igual modo nos restantes sectores da vida nacional".

"O Governo Balsemão impede o desenvolvimento do sector nacionalizado, procura desmembrar as suas empresas e pretende entregar sectores vitais para o crescimento económico às multinacionais e ao grande capital. Prepara-se para entregar mais de cem milhões de contos aos antigos monopolistas sabotadores. Endivida vertiginosamente o país e segue uma política de completa submissão ao imperialismo..."

"Face a um governo que é claramente contrário aos seus interesses de classe, os trabalhadores terão que promover o reforço constante da sua unidade e da sua organização..."

"... Continua a ser a luta de massas a melhor forma de defender os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores..." "Continua a ser através da intensificação da luta de massas que conseguiremos criar as condições para uma nova política e um governo que prossiga os ideais de Abril".

Zillah Branco

NO DIA A DIA

Uma Trabalhadora da

Ainda recentemente, a luta dos TFPs esteve na ordem do dia, atingindo o maior eco por ocasião da prisão e julgamento de três dirigentes sindicais, que reivindicavam o direito ao diálogo e à negociação para um sector com mais de 300 000 trabalhadores.

Quando se fala em Função Pública, ocorre ainda a imagem estereotipada do "mangas de alpaca", já desfasada da realidade complexa que é hoje o trabalho ao nível da administração pública portuguesa. Com efeito, este sector abrange inúmeras categorias profissionais, entre operários e técnicos especializados nos mais diversos domínios, passando pela faixa, efectivamente mais larga, dos trabalhadores com funções e categorias administrativas (na maioria vítimas da burocracia mas não burocratas e realizando trabalhos diversos do que, a partida, se supõe). Judite Jesus Sequeira dos Santos, é 2.ª oficial da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, departamento estatal ligado ao Ministério da Agricultura e Pescas.

A JNPP é um vasto organismo, com funções de intervenção na comercialização dos produtos pecuários, empregando aproximadamente 4 000 trabalhadores, dos quais cerca de 500 trabalham na sede, em Lisboa. Nos restantes locais de trabalho que a Junta engloba, além de Delegações e Subdelegações distribuídas por todo o país, contam-se ainda mais de 150 matadouros (incluindo o Frigorífico de Lisboa e o Matadouro do Porto) e outras unidades, como o Complexo Avícola (Coimbra), o Centro de Classificação de Ovos (Porto), o Sector Leite (Beja) e três salas colectivas de ordenha mecânica (Mogadouro, C. Branco, Guarda).

A Judite Santos trabalha na secção de contabilização dos serviços financeiros da JNPP (sede), com uma máquina de contabilidade mecânica, no "apuramento das receitas e despesas dos produtos movimentados".

Interesse pelas máquinas

Para muitos TFPs, o seu trabalho é, com justas causas, frustrante; não se inclui nesse número a Judite, que teve sempre "bastante interesse pelas máquinas" e chegou a fazer um curso na UNIVAC, que lhe agradou. Sublinhamos este facto, na desmontagem do preconceito segundo o qual as mulheres seriam por natureza, inábeis para lidar com máquinas, quando elas têm é sido desviadas de actividades consideradas masculinas; discriminadas

socialmente no trabalho como no resto, em função do seu sexo. Algumas, com grande esforço e determinação, saltaram as barreiras que lhes foram impostas; exemplo disso é Judite Santos, que, a propósito, recorda: "os meus pais achavam que uma rapariga estava destinada aos serviços caseiros, enquanto competia ao homem ir trabalhar fora; por isso também, as raparigas não alimentavam grandes aspirações, que ficavam abafadas".

Proseguindo, sublinha que os seus três irmãos acabaram por desistir dos estudos a que os pais os obrigavam. E ela, a quem travaram o desejo de estudar? "Até tarde, só tinha aprendido os trabalhos da casa e costura — diz-nos —, mas acabei por estudar, mesmo com dificuldades, por já ser casada e mãe".

Uma separação conjugal levaria Judite a entrar no mercado de trabalho, pela urgência de se empregar que a situação impunha a uma mulher só, com dois filhos. Após muita busca vão — "ter filhos também dificultava" —, trabalhou pontualmente no INE, como larefeira, e por fim, entrou na JNPP, vai para 10 anos.

A vida desta mulher madura, serena, tem sido uma luta feita de resistência, de persistência, apesar da sua aparente fragilidade, do seu jeito tímido.

Quando foi para a Junta, Judite tinha conseguido fazer o ciclo preparatório, vindo a completar o curso geral do ensino secundário já na situação de trabalhadora — estudante, "sem aquelas regalias que



a da Função Pública



há hoje" — lembra; sempre a superar dificuldades a custa de si — percebe-mos nós das suas palavras: "Tinha a casa, os filhos, o trabalho e a minha mãe doente, enquanto ela pôde ajudar-me, frequentei aulas nocturnas, mas depois passei a preparar-me sozinha para os exames. No ano passado, ainda pensei no curso complementar (antigo 7.º ano), mas acabei por desistir, acho que perdi o hábito, um certo ritmo".

Mãe jovem

Como se vê, todavia, observando atentamente o quotidiano e a história pessoal desta trabalhadora, ela tem-se mantido corajosamente, ao arripio da desistência. Bem viva, Judite dá mostras duma admirável juventude, que estará na base do bom relacionamento com o filhos (a Zé, de 19 anos, e o Mário, de 17, estudantes) e ela explica assim: "Procuro chegar até eles e isso faz com que se sintam à vontade, mais como uma amiga do que mãe, no sentido tradicional; daí, eles trazerem os amigos e amigas para casa, que se enche de jovens, a ouvirem música, a passarem os seus bocados. E eu sinto-me bem, também, no contacto com os jovens".

A compreensão e apoio entre mãe e filhos é, aqui, mútua, reconhecendo ela, por sua vez, que a cooperação dos filhos lhe facilita a conjugação do trabalho: "Tenho sempre muito que fazer cá em casa e era muito mais difícil sem a ajuda deles, pois com 7 horas diárias na Junta — às vezes mais, com horas extraordinárias — e para cima de uma hora nos transportes, entre ida e volta, mesmo morando em Lisboa; ainda faço alguma roupa para vestirmos, porque está tudo muito caro e vivemos só com o meu ordenado".

Também a aproximação entre a Zé e o Mário, cooperando com a mãe nas tarefas domésticas, reflecte uma nova mentalidade, diversa da que a Judite enfrentou junto dos seus próprios pais; sobre isso, diz-nos que tem tentado "pô-los em situação de igualdade", considerando que "apesar de o Mário se esquivar a certos trabalhos de que gosta menos, já está preparado, aos 7 anos, para cuidar de si, mesmo cozinhando".

Perspectivas da Mulher...

As mães (e quantas vezes só a elas!) têm estado reservados os cuidados com os filhos, a sua educação. Por isso, as mulheres têm vivido sobretudo em função dos filhos (e dos homens), esquecidas de si, mas os filhos têm direito à sua própria vida e um dia partem de casa. Sofrendo,



evidentemente, os muitos condicionamentos do meio onde cresceu e vive, Judite Santos não está, ainda assim, desarmada perante estas realidades previsíveis. Enquanto mulher e trabalhadora, tem algumas perspectivas abertas, tem o seu percurso próprio relativamente delineado, tanto no plano pessoal como profissional, conforme registámos:

"É certo que os filhos me têm absorvido bastante, mas estou mentalizada para que façam a vida deles; a Zé, mais velha, é mesmo a primeira a preocupar-se em que eu também faça a minha vida. Por outro lado, reconheço que os meus filhos têm direitos, que às vezes não gozam devido às dificuldades do orçamento, pois só há o meu ordenado; mas eles nem sequer são exigentes e custa-me que se privem: às vezes, fico para trás, para poderem ir ao cinema, comprarem livros, satisfazerem necessidades de distração, cultivarem-se. Também me interessam algumas leituras deles, temas actuais, como a ecologia, apesar das minhas escolhas pessoais (biografias, poesia: sobretudo Florbela Espanca, Joaquim Pessoa); jornais, os colegas emprestam-me. Enfim, vai-se fazendo o que se pode: férias em Lisboa, na maior do tempo, e uns dias de campismo, que é o mais em conta.

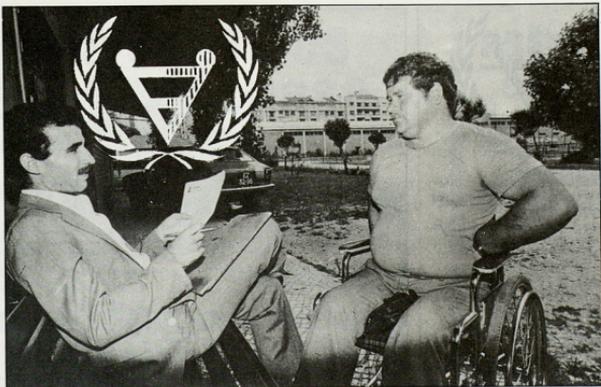
Quanto ao mais, nunca quis voltar a fazer vida em comum com outra pessoa, para não prejudicar a relação com os meus filhos, em pequenos; mas hoje, se não encaro isso, é porque me habituei a ser independente".

... e da Trabalhadora

Depois de saltarmos de assunto para assunto, em conversa solta, entre mulheres, a conclusão do balanço, fora da esfera familiar: "Acho que os tempos estão cada vez mais difíceis; na Função Pública, vive-se como em águas paradas, embora no meu caso as tarefas sejam muito concretas, com prazos marcados, e eu não sinto isso muito. Mas acho tudo sem definição e, no que toca aos nossos interesses, o Governo tem mostrado não ligar nenhuma: nunca estive em comissões, mas acompanho o que se passa, sou sócia do Sindicato, estou a par das lutas e não se vê nada melhorar"; esclarecemos que Judite se refere a questões salariais e à generalidade das questões laborais; no entanto, na nossa interlocução subsiste sempre, no fundo, uma abertura à evolução das situações e das pessoas (incluindo ela própria), assim:

"Com as habilitações que tenho, só posso ir a 1.ª oficial; se não me encorajarem a estudar mais, devo ficar por aí. Mas gostava era de ficar a trabalhar em máquinas, mais do que só com papéis. Lá no serviço, tem-se falado em passar da contabilidade mecânica para a informática, mas só se ouvem coisas vagas; não sei o que me aconteça, se for assim, se me fazem reciclagem ou não; eu estou aberta, gostava de trabalhar com novas máquinas."

E. F.



Os deficientes devem ser plenamente integrados na sociedade

O fascismo deixou-nos uma pesada herança que ainda hoje nos afecta depois de vários anos de vivência democrática em que, as promessas e as esperanças nem sempre foram concretizadas.

Um regime ditatorial aventureirista e agressivo, conduziu uma guerra colonial que em nada nos prestigiou, antes pelo contrário, tornou-se uma das maiores vergonhas da nossa história recente.

As principais vítimas dessa guerra, foram sem dúvida os nossos jovens, que nas terras de África deixaram muitos dos seus verdes anos. Alguns morreram destruídos pela força dos canhões e da violência, outros ficaram mutilados e incapacitados para sempre, arrastando consigo a triste imagem de seres diferentes, por vezes automarginalizados, outras vezes marginalizados pela sociedade em que vivemos, mais interessada na exploração das capacidades lucrativas de cada um, do que na ajuda e amparo daqueles que necessitam.

A direita portuguesa, desde há muito que vem fazendo uma cruzada contra os que, logo a seguir à revolução de Abril, se viram responsabilizados por solucionar aquilo que Salazar e Caetano não quiseram fazer durante décadas. Absolvendo o fascismo, condenando os democratas e os capitães de Abril, esquece por inteiro os nossos deficientes, mesmo no ano em que estamos a viver o Ano Internacional do Deficiente, declarado pelas Nações Unidas.

Quintino Ribeiro, é um dos milhares de deficientes das Forças Armadas, a quem o infortúnio bateu à porta, quando cumpria o serviço militar obrigatório, em 1973.

"A guerra colonial foi uma tremenda injustiça que se abateu sobre os portugueses", em particular as suas camadas mais jovens, que participavam num combate que apenas favorecia o regime deposto em Abril de 74 e os seus agentes nos ex-territórios do Ultramar. O serviço militar obrigatório, aparecia precisamente na altura em que os jovens tomavam rumo na vida e planeavam o essencial do seu futuro. Muitos tiveram que deixar os estudos, outros os empregos e a profissão para partirem de armas na mão para terras desconhecidas, onde o perigo espreitava em todas as esquinas e a todo o momento se podia dar o indesejável" — diz-nos o nosso interlocutor, que fomos encontrar sentado na sua banca de compositor, na Tipografia da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Incapacitado a 100%, conseguiu através dum curso patrocinado pela ADFA, entrar para os quadros da tipografia a que nos referimos, afirmando no entanto, que o salário que auferir não lhe permite refazer completamente a vida, designadamente arranjar habitação própria, uma vez que vive numa dependência do Hospital Militar na Rua de Artilharia 1. Não se considera marginalizado. No entanto refere, que por vezes é vítima de discriminações e que os



Poderes Públicos não cumprem integralmente o seu papel na integração dos Deficientes.

"O Estado deveria criar condições para a integração dos deficientes, tanto a nível social como profissional. Sendo cidadãos de plenos direitos, e tendo capacidades úteis à sociedade, deveria ser realizada uma política que tivesse em conta as suas particularidades e não os considerasse cidadãos sem utilidade. Os deficientes deveriam ter empregos, habitação, locais de convívio e de aprendizagem próprios. Regalias sociais justas".

Quando lhe perguntámos como ocupava o seu tempo semanal, disse-nos que trabalha durante oito horas diárias, por vezes vai ao cinema ou ao teatro, encontra-se com alguns amigos. Aos fins de semana vai visitar a família. Procura fazer uma vida normal, embora desabafe que nos primeiros tempos, depois de ficar deficiente, lhe custou bastante, uma vez que sentia uma certa inibição quando se encontrava com os amigos.

Hoje sente-se um cidadão de corpo inteiro.

A ADFA tem um papel importante na defesa dos direitos dos deficientes

"A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, tem vindo a desempenhar um papel fundamental na resolução dos problemas dos deficientes. Apresentando ao governo as principais reivindicações, e organizando processos de luta quando essas reivindicações não são aceites, tem-se afirmado como um instrumento eficaz da luta dos deficientes das Forças Armadas. Além disso tem ainda criado infraestruturas de apoio designadamente algumas oficinas e cooperativas de consumo de grande utilidade. Organiza também cursos para deficientes, de forma a facilitar-lhe a sua entrada no mercado de trabalho".

Referre-nos também as actividades culturais e recreativas que aquela associação tem promovido. O 2.º Congresso Nacional realizado em



Maio no qual se reclama a reabilitação e integração social do deficiente através duma política adequada e correcta que tenha a participação das suas estruturas associativas.

Propôs-se a criação de uma Comissão Nacional de Deficientes, integrada por todas as Associações existentes e com o objectivo de dinamizar o associativismo dos deficientes, através da discussão pública sobre as formas mais adequadas para a sua organização. Fomentar e continuar as discussões através das associações, até se encontrarem as formas comuns que possam traduzir-se numa proposta organizativa de todos os deficientes portugueses.

Defende-se também que seja introduzida na Constituição da República Portuguesa, uma cláusula que reconheça a importância do associativismo dos deficientes, obrigando o Estado a incentivá-lo e apoiá-lo, e a

definir que os deficientes deverão, através das suas organizações representativas, participar como elementos de pleno direito, nos órgãos de planificação bem como em comissões especializadas.

Exige-se uma adequada articulação da política de justiça social para os deficientes, e a uniformização da legislação existente de modo a que, por exemplo, se utilize a expressão "deficiente" ou "deficiência" em vez de "inválido" ou "invalidez".

Quintino Ribeiro ao terminar a nossa pequena conversa, faz votos para que neste Ano Internacional do Deficiente, se façam esforços e sejam tomadas medidas por forma a que de facto os deficientes se tornem cidadãos iguais aos outros e seja garantida satisfação das suas principais necessidades.

ALVES E MENDES COM F. C.

DOIS SORTEIOS E UM CONCURSO

Excelentes prémios para quem divulga, assina e lê a «Alavanca»

Com o objectivo de promover a venda e assinatura da Revista ALAVANCA, a CGTP-IN leva a efeito dois sorteios e um concurso para os leitores do seu órgão Central. Um concurso dirigido aos potenciais angariadores de assinaturas, um sorteio entre todos os assinantes e outro sorteio entre todos os leitores. Que fazer para poder participar?
É mais simples do que o leitor possa imaginar!

CONCURSO PARA ANGARIADORES DE ASSINATURAS

Vence quem até ao final de 1981, tiver angariado o maior número de assinaturas

COMO PARTICIPAR

No interior de cada revista os concorrentes encontram 16 cupões (8 em cada página), sendo 8 cinzentos e 8 pretos.

No acto de angariação da assinatura 1 dos cupões pretos, depois de preenchido, é entregue ao novo assinante a troca da importância em dinheiro correspondente à assinatura.

Em seguida o angariador recorta um cupão cinzento que, depois de preenchido e colocado num envelope é enviado juntamente com o dinheiro da assinatura à redacção da ALAVANCA, Rua Victor Cordon, 1, 2.º - Lisboa.

Em cada revista, o angariador tem à sua disposição 16 cupões para 8 assinaturas. Em 30 de Dezembro de 1981 termina o prazo para a entrega de assinaturas. No dia 31 de Dezembro será anunciado o nome do concorrente que conseguiu angariar o maior número de assinaturas. Entretanto, iremos anunciando nas várias edições da revista, os nomes dos concorrentes que se encontram nas três primeiras posições.

SORTEIO PARA ASSINANTES «ALAVANCA»

No dia 31 de Dezembro serão sorteadas três assinaturas que terão direito a receber os três prémios anunciados.
Ao primeiro nome extraído corresponderá o 1.º prémio; ao segundo nome o 2.º prémio e ao terceiro nome o 1.º prémio.

SORTEIO PARA OS LEITORES «ALAVANCA»

Este sorteio é mensal e destina-se a todos os leitores da «ALAVANCA»

COMO PARTICIPAR

Compre uma revista «ALAVANCA» e abra-a na página do Concurso. No canto inferior esquerdo encontrará um cupão que, depois de preenchido e colado num bilhete postal, deverá ser enviado à redacção da revista, Rua Victor Cordon, 1, 2.º - Lisboa.

No último dia de cada mês e de entre os cupões recebidos será feita uma extração dos três leitores premiados do mês.
Ao primeiro cupão extraído corresponderá o 1.º prémio; ao segundo cupão o 2.º prémio e ao terceiro cupão extraído o 1.º prémio.

NOTA: Se o último dia de cada mês não for dia útil, o sorteio realizar-se-á no primeiro dia útil seguinte.

Tanto o concurso como os sorteios são exclusivamente destinados a pessoas individuais, estando portanto vedadas às organizações sindicais, mas naturalmente abertas à participação dos dirigentes e funcionários considerados individualmente.

A extração de todos os prémios é pública e realiza-se, nas datas indicadas, na sede da CGTP-IN, às 10 horas de manhã.

PRÉMIOS

SORTEIO ASSINANTE

1 viagem a um país socialista para 2 pessoas

CONCURSO ANGARIADOR

1 viagem a um país socialista para 2 pessoas

SORTEIO LEITORES

1.º Prémio - Louça

2.º Prémio - 1 máquina de calcular de bolso.

3.º Prémio - 1 assinatura anual da revista «Alavanca».



Vencedores do Sorteio Mensal Relativo à revista n.º 45

1.º Prémio
José Gonçalves Morais
S. Mamede - Vila Real

2.º Prémio
Carlos Pires Valério Castanho
Lisboa

3.º Prémio
Victor Manuel Henriques Anastácio
Cascais

CUPÃO - SORTEIO MENSAL

Nome _____
Morada _____

ALAVANCA N.º 46

JUL/AGO 81

29

União dos Sindicatos de Lisboa encara o futuro com confiança

Por orientação da Intersindical Nacional, confrontada com as novas realidades resultantes da revolução de Abril, logo no mês de Junho de 1974 surge a União dos Sindicatos do Sul, cuja actividade de coordenação se impunha face ao movimento reivindicativo que a dinâmica do movimento sindical aceleradamente lançava no xadrez social e político nacional.

Esta União, de que em 1975, por necessidades impostas a nível organizativo, se destacou a União dos Sindicatos de Lisboa, desenvolveu no seu curto período de existência uma acção de considerável importância, nomeadamente nos aspectos de reestruturação e organização sindical, aliás na linha do já apontado pela Intersindical Nacional no seu comunicado n.º 2/74, de Maio desse mesmo ano: "Reafirma-se que a estrutura sindical actual, imposta deliberadamente pelo fascismo, não corresponde nem nunca correspondeu às necessidades de defesa dos trabalhadores, face à exploração capitalista".

É, pois, no mês de Agosto de 1975, que surge a união dos Sindicatos de Lisboa, numa Assembleia Geral de Sindicatos filiados na Intersindical, realizada em 2 de Agosto desse ano, na messe dos trabalhadores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, onde são aprovados os seus estatutos.

De imediato a USL assume a coordenação das actividades sindicais e das lutas dos trabalhadores, a nível do distrito de Lisboa, no âmbito das determinações e directrizes do Movimento Sindical Unitário, de que a Intersindical Nacional era e é o órgão superior de direcção.

Naturalmente que a sua actividade se ressentia de carências organizativas, das quais uma das principais era a escassez de quadros, uma vez que o seu Secretariado apenas dispunha de 9 elementos efectivos e de 4 suplentes, contando apenas com um funcio-

nário durante todo o ano de 1975.

A despeito das limitações apontadas, preocupa-se a USL em acompanhar atentamente a evolução social e política do processo de transformação em curso, convocando reuniões e plênários por todo o distrito, promovendo e aderindo a grandes acções de massas que em Lisboa se realizaram.

Desde a sua criação a USL participa activamente na mobilização dos trabalhadores para as grandes acções de massas em defesa da Unidade Sindical e das instituições democráticas, que os sectores divisionistas e as forças reaccionárias procuravam minar e subverter.

Nos anos de 1976 e 1977, adaptando a sua estratégia às novas condições criadas com a viragem da situação em 25 de Novembro, a União incrementou a sua acção junto dos Sindicatos do Distrito, privilegiando as tarefas tendentes ao reforço da unidade dos trabalhadores e da sua organização, objectivo considerado prioritário, tendo em conta o apoio concedido a nível governamental e pelos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa a todos os movimentos divisionistas — de que a "Carta Aberta" foi o primeiro e flagrante exemplo.

Também nestes anos, correspondendo às tarefas de coordenação que os seus Estatutos lhe consignavam, a União dos Sindicatos de Lisboa encabeçou todas as lutas travadas pelos trabalhadores contra as tentativas de recuperação capitalista e em defesa das conquistas de Abril,

nomeadamente da Reforma Agrária e das Nacionalizações.

Particular entusiasmo da USL nas comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio

As grandes datas do movimento operário e popular, com destaque



para o 25 de Abril e o 1.º de Maio, têm merecido a particular atenção da USL, difundindo junto dos trabalhadores os objectivos dessas comemorações e mobilizando-os para uma participação massiva e activa. Assim, a despeito das manobras de divisão lançadas pelos inimigos de classe — de que a UGT seria a última e a mais completa das criações — tem-se visto, de ano para ano, engrossar o caudal humano que desce à rua no dia dos Trabalhadores, gritando SIM à unidade e aderindo às posições e concepções do Movimento Sindical Unitário, dessa data fazendo a maior das jornadas de confraternização e de luta.

Nos anos de 1978 a 1980, já com a eleição do novo secretário, as tare-

fas que se impuseram à USL cresceram em volume e não diminuíram em importância, atendendo naturalmente à crescente arrogância das antigas classes possidentes, que se foram aproximando das cadeiras do Poder até que a elas se alcandoraram em fins do ano de 1979.

A USL, como já anteriormente acontecera, em colaboração com a União de Setúbal e as Cinturas Industriais dos dois Distritos, levou a efeito, nestes anos, sucessivas iniciativas em defesa dos direitos dos trabalhadores. Destas aqui destacamos a de 11 de Novembro de 1978 e a de 17 de Março de 1979, contra o Governo Mota Pinto e a sua política recuperacionista.

Também no ano de 1979, com assi-

nável êxito, os trabalhadores do distrito de Lisboa e as suas associações de classe, sob a orientação da USL, travaram luta contra a famigerada Lei Gonet, que pretendia estrangular o Movimento Sindical ou, segundo palavras do então ministro, "quebrar a espinha à Intersindical".

Nestes anos, durante os quais a tensão social subiu em crescendo, para atingir o seu auge com os Governos da "AD" — o primeiro de Sá Carneiro/Amaral e o actual de Pinto Balsemão/CDS a União dos Sindicatos de Lisboa participou activamente na Organização do Congresso de Todos os Sindicatos, III Congresso da CGTP-IN e Conferência Nacional de Organização Sindical, dos quais saíram importantes directrizes para o reforço e ampliação do Movimento Sindical Unitário.

A batalha pela unidade e contra o divisionismo foi encarada com firmeza e os resultados obtidos podem sintetizar-se em breve afirmação: "de muitas dezenas de eleições realizadas em Sindicatos do Distrito, só numa escassa meia-douzena triunfaram listas não afectas à CGTP-IN".

Abril e Maio têm sempre constituído a mais vigorosa afirmação da vontade dos trabalhadores e do Movimento Sindical Unitário. As grandes lutas queridas dos trabalhadores portugueses são, na verdade, as mais indicadas para a intensificação das lutas pelos direitos arduamente conquistados e para a consolidação da consciência de classe dos trabalhadores e da sua indispensável unidade.

A reestruturação da USL, ocorrida em 1978, e a sua 1.ª Conferência, são importantes marcos no historial desta organização sindical. Os princípios definidos e os objectivos traçados pelo debate vivo a que então se procedeu, permitiram um qualitativo aperfeiçoamento dos serviços prestados à causa dos trabalhadores.

Internamente, também a organização foi sendo aperfeiçoada e adaptada às necessidades e condições que sucessivamente se vão apresentando. O alargamento do Secretariado, ocorrido já em 1980, quando da eleição do actual, com vista ao próximo triénio, assim como a criação de novos departamentos e a ampliação dos existentes, a admissão de novos quadros de apoio e o equipamento técnico a que se tem procedido, permitem à USL encarar o futuro com redobrada confiança, na certeza de que bem desempenhará as funções que lhe cabem de direcção e coordenação das lutas dos trabalhadores e do povo contra a escalada de subversão social e institucional levada a cabo pelo patronato com a cobertura do Governo "AD".





Uma Paz duradoura ou um Apocalipse total?

No início da década de 80 a situação internacional deteriorou-se perigosamente.

Os conflitos localizados estendem-se a várias regiões do nosso planeta e a corrida aos armamentos atingiu novas proporções a partir da eleição de Ronald Reagan para a Presidência da principal potência imperialista, os Estados Unidos da América.

Pode dizer-se, que vivemos hoje uma guerra latente, que se pode tornar manifesta a todo o momento, tudo dependendo da consciência ou inconsciência dos dirigentes políticos das nações que movem as principais peças do xadrez internacional.

Os recursos utilizados na corrida aos armamentos são enormes e aumentam diariamente.

O Mundo dispende actualmente 500 milhões de dólares anuais em despesas militares, isto é, 1,35 milhões de dólares por dia. Este total, ultrapassa o produto social bruto anual da maior parte dos países em vias de desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina. Mais de 65 milhões de pessoas trabalham na indústria de guerra e armamento. Mais de 400 000 cientistas trabalham em projectos com fins militares.

Em consequência dos gastos em armamento, os povos dos países capitalistas sofrem com a inflação e o desemprego, recaindo sobre si impostos para suportar a corrida armamentista.

Por outro lado, a corrida desenfreada ao armamento é contraditória com a necessidade da instauração duma nova ordem económica internacional e com a necessidade de ajuda dos países desenvolvidos aos países com maiores necessidades.

Os gastos orientados para a defesa dos países socialistas, impedem também o melhoramento mais acentuado das condições de vida da comunidade socialista, onde o desenvolvimento cultural, económico e social constitui a preocupação fundamental dos governos desses países.

Como se tudo isto não bastasse, a estratégia de guerra nuclear limitada

e prolongada, adoptada pelo ex-Presidente Americano James Carter introduziu mais um elemento extremamente perigoso na vida internacional.

O perigo duma guerra nuclear, é uma hipótese assustadora, uma vez que, as suas consequências seriam desastrosas e imprevisíveis.

De igual forma, a possibilidade de utilização do Sistema de Transporte Espacial (Vaivém) com fins militares, não está fora do alcance dos falções de Washington, sempre atentos às novas descobertas científicas para satisfação da sua gula belicista.

É sabido que até os tractores se transformam em carros blindados. Ora, em face disso, é muito fácil transformar o vaivém numa arma. Tal como transporta um satélite, pode também transportar bombas de hidrogénio, assim como pode ser utilizado para interceptar satélites das nações inimigas.

Aliás, assiste-se já nos EUA a um movimento dos falções nesse sentido. Há mesmo quem defenda a constituição duma verdadeira armada no espaço; com caças, aparelhos de observação e bombardeamento. Este movimento, assenta a sua lógica no facto de saberem que quem domina o espaço domina a terra. Do espaço é possível atingir qualquer lugar na terra, enquanto que da terra é extremamente difícil atingir uma nave no espaço.



Com a corrida ao armamento aumenta a fome no Mundo

Enquanto se observa um crescendo das despesas com fins militares, constata-se que milhões de homens, mulheres e crianças agonizam de fome e sub-nutrição.

Cinquenta milhões de pessoas (entre as quais 12 milhões de crianças) morreram de fome e sub-nutrição no mundo não socialista no ano de 1979. Segundo estimativas da FAO, 500 milhões de seres humanos passam fome no mundo não socialista.

É evidente, que os Estados Unidos da América e os outros grandes países capitalistas têm grandes responsabilidades perante esta situação. Os seus gastos em armamento e a sua política de retaliação face a governos que não são da sua confiança, impedem a sua contribuição no esforço necessário para satisfazer as necessidades básicas em todo o Mundo.

Lembremos o que se passou com o governo de Salvador Allende, em que os Americanos recusaram o crédito necessário para importação de cereais.

No Irão, a administração americana vendia com facilidade bens alimentares quando imperava o Xá. Depois da revolução, Carter decretou

sanções alimentares.

Mas a utilização da arma alimentar como retaliação política da parte dos americanos é bem mais evidente se analisarmos o que se tem passado com a China. Durante vários anos não foram vendidos quaisquer produtos agrícolas aos chineses. De repente, com a disposição chinesa de participar numa aliança anti-soviética, a China foi admitida no mercado de cereais americano.

Contra a política do "canhão" os povos anseiam por uma paz duradoura

A corrida ao armamento, não interessa à humanidade, sobretudo aos homens conscientes e que recordam ainda com tristeza e angústia as consequências das últimas guerras mundiais e a experiência de Hiroshima. A fome que alastra em várias regiões do globo, as dificuldades internas dos países em vias de desenvolvimento, a inflação e o desemprego que vitimam milhares de homens e mulheres em todo o mundo, não se compadece com o espírito belicista dos dirigentes Americanos e das suas agências que arvoram por todo o lado a bandeira da guerra e do conflito, da destruição e da morte.

Em face dos perigos que enfrenta-

mos, a opinião pública mundial e as várias organizações a favor da paz e do desarmamento, têm multiplicado iniciativas com vista a fazer barreira ao movimento belicista. Em Portugal, o Comité Português para a Paz e Cooperação no qual participam cidadãos das mais variadas opções políticas, constitui um meio importante de divulgação e propagação dos ideais da paz que os portugueses tanto anseiam, uma vez que dificilmente esquecem os horrores duma guerra colonial que o fascismo impôs e que mutilou milhares de jovens.

Em 1980, entre 23 e 27 de Setembro realizou-se em Sófia o Parlamento Mundial dos Povos para a Paz, no qual participaram cerca de dois mil e duzentos representantes de diferentes organizações de massas, de movimentos e de partidos políticos, cientistas, trabalhadores da cultura, personalidades religiosas, públicas e políticas.

Os participantes nesta magna iniciativa, em representação dos povos de cerca de 140 países, manifestaram-se vivamente inquietos perante a deterioração da situação internacional e as crescentes tentativas de recorrer à força ou ameaça de força, aos bloqueios e à guerra psicológica que envenenam as relações internacionais; repudiaram o crescimento desenfreado dos armamentos no mundo, provocado pelos políticos irresponsáveis que encorajam a sua acumulação, obrigando em consequência disso os povos a constantes dificuldades económicas e sociais por serem exarcebadas as despesas militares.

Também o Movimento sindical mundial, tem incentivado iniciativas com vista ao estudo dos aspectos sócio-económicos do desarmamento, prevendo-se a realização duma Conferência Mundial sobre o tema.

Com tal objectivo, têm-se realizado vários encontros, a fim de definir as matérias a tratar e sensibilizar as estruturas de movimento operário para tal problemática.

Assiste-se hoje a um amplo movimento de opinião a nível mundial, envolvendo todas as forças vivas do mundo, procurando contrapor ao caminho agressivo e armamentista do imperialismo, um caminho de paz e segurança desejado pela maioria dos homens.

O direito à paz é sagrado e inalienável. Cada povo, cada indivíduo, tem o direito de exigir a manutenção duma paz duradoura. Mesmo que os EUA persistam em conduzir a humanidade para um apocalipse total, as forças da paz são bem mais fortes do que os seus canhões apontados a todos nós.

Francisco Coelho

ALIANÇA internacional



O Imperialismo quer riscar o Líbano do Mapa

Tem sido com grande preocupação e indignação que a CGTP-IN acompanha a evolução da situação que se vive no Líbano e, bem assim, os ataques sistemáticos que, no decurso dos últimos anos, as autoridades sionistas de Israel, com o apoio do imperialismo americano e

das forças fascistas, têm vindo a desencadear contra as populações e o território daquele país soberano.

Estes actos agressivos tomaram uma amplitude tal nos últimos meses que converteram aquela zona do Médio Oriente num palco de destruição, de guerra permanente e de

embrião para um conflito mais generalizado que pode vir a pôr em causa a paz, não só naquela região, mas igualmente em todo o mundo.

A CGTP-IN, num comunicado distribuído aos órgãos de Comunicação Social considerou ser seu dever "chamar a atenção dos trabalhadores portugueses e do povo em geral, para a política prosseguida pelo governo português que, através duma total submissão aos circuitos imperialistas mais agressivos, se apresta a conceder-lhes a utilização do território português como base para os ataques agressores a todo o mundo árabe e de apoio aberto à política expansionista e belicista das autoridades de Israel".

Tal política, lesiva dos reais interesses do povo português — como a caracteriza a Central Sindical — "põe em causa a soberania do território nacional e contraria as afirmações de apoio propalado pelo governo à causa árabe, nomeadamente ao problema palestino".

Face a tais circunstâncias a CGTP-IN reafirma, uma vez mais, "a sua inteira solidariedade às forças patrióticas libanesas, coligadas no Movimento Nacional Libanês, bem como ao povo palestino, na luta de cada um destes povos pela integridade territorial e pelo direito, reconhecido internacionalmente, de retorno à sua pátria e ao estabelecimento de um Estado soberano".

A concluir o documento, a Central manifesta também a sua solidariedade "a todas as forças progressistas do mundo árabe, na sua luta por uma política de total independência, de paz, de segurança e de progresso social e contra as agressões imperialistas".

Jovens sindicalistas alemães visitam a CGTP-IN

Um grupo de jovens sindicalistas do Instituto Arbeit und Leben, da DGB (República Federal Alemã) visitou no passado dia 4 de Junho, a CGTP-IN.

No decurso dessa visita informal os jovens sindicalistas foram recebidos por um elemento do Secretariado Nacional da Confederação que lhes traçou uma breve panorâmica da actual situação político-sindical.

A C
gado o
à corre
ncia d
bro. C
Secret
Ao p
do Trá
delega
que de
de Ju
que, "
estrut
tiva do

co
Jo
Por oc
vitima
Paul
Ma
comu
con
co

A Ce
os sen
trabalh
partid
católic
no
cond
ignób
o Sur
ra

67.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho

A CGTP-IN designou como delegado dos trabalhadores portugueses à correspondente sessão da Conferência da OIT, José Luís Judas, membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN.

Ao pedido de parecer do Ministério do Trabalho sobre a composição da delegação à referida Conferência, que decorreu em Genebra de 3 a 24 de Junho, a CGTP-IN respondeu que, "atendendo ao facto de ser a estrutura sindical mais representativa dos trabalhadores portugueses e

nos termos da Constituição da OIT e da jurisprudência da Comissão de Verificação de Poderes, caberia à CGTP-IN designar o delegado dos trabalhadores portugueses à Conferência Internacional do Trabalho".

A CGTP-IN aceitou, por outro lado, o princípio da inclusão na delegação de sindicalistas designados por organizações sindicais não filiadas na Central. Assim, para além de José Luís Judas, a CGTP-IN indicou os seguintes conselheiros técnicos que integram a representação dos trabalhadores à 67.^a Sessão da OIT: Ana Vale, jurista do gabinete de estudos da CGTP-IN, Armando Tavares, representante da CGTP-IN na Caixa de Seguros de Doenças Profissionais, Augusto Silva, Chefe do departamento internacional da CGTP-IN e José Barros Moura, jurista responsável do gabinete de estudos da CGTP-IN.

Em comunicado distribuído aos órgãos de Comunicação Social a CGTP-IN assinalou o facto de a nomeação da delegação à 67.^a Conferência da OIT ter decorrido dentro da maior normalidade, "na medida em que o Governo português, desta feita, parece ter decidido conformar-se com os princípios constitucionais da OIT e com a jurisprudência da Comissão de Verificação de Poderes, nomeadamente com a deliberação da referida Comissão sobre o modo como fora designado o delegado à 66.^a sessão da Conferência em 1980".

A Central lamentou, no entanto, que em matéria de pagamento das despesas de viagem e estadia do delegado e respectivos conselheiros técnicos, "continue a verificar-se uma vontade de não respeitar uma prática em vigor na OIT, o princípio do tripartismo e a própria Constituição da OIT".

"A verificar-se uma tal situação que só desprestigia Portugal — sublinha o comunicado — a CGTP-IN, conforme já informou o Ministério do Trabalho, reserva-se o direito de, a nível interno e internacional, desenvolver todas as acções que julgue pertinentes para fazer respeitar uma prática em vigor na comunidade internacional".

Colóquio sobre: «Comércio Internacional dos Têxteis e a CEE»

No decorrer dos trabalhos do 3.º Congresso dos Têxteis que noticiámos noutra local, realizou-se, em Guimarães, um colóquio subordinado ao tema "Comércio Internacional dos Têxteis e a CEE", no qual participaram diversas delegações que informaram da realidade do sector têxtil dos respectivos países.

Os presentes, realçaram particularmente a necessidade de incentivar a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores têxteis, pela manutenção e reforço das liberdades sindicais bem como a utilidade na troca de experiências entre as várias organizações sindicais deste sector ficando perspectivada a realização dum encontro internacional a médio prazo.

Estiveram presentes neste colóquio, a Federação Têxtil das Comissões Obreras (Espanha); a Federação Têxtil da CGT (França); a Federação do Vestuário da CGT (França); a Federação Têxtil Unitária Italiana; a Federação dos Têxteis, Química e Papel (Suíça); o Sindicato do Vestuário do TUC (Inglaterra); Federação dos Têxteis, Vestuário e Couros da CFDT (França); Sindicato do Calçado, Couro e Peles da Finlândia; União Internacional dos Sindicatos Têxteis Couros e Peles da FSM; Federação Têxtil da SZOT (Hungria); Técnicos da Federação dos Têxteis (Portugal); o Eng.º Bartolomeu Monteiro, Presidente do Instituto dos Têxteis e o Dr. Mário Araújo, Director do Centro de Tecnologia Têxtil da Universidade do Minho (Portugal).



Atentado contra o Papa João Paulo II

Por ocasião do atentado de que foi vítima Sua Santidade o Papa João Paulo II, no passado dia 13 de Maio, a CGTP-IN emitiu um comunicado revelando a profunda consternação com que tomara conhecimento daquele acto terrorista.

A Central Sindical, "interpretando os sentimentos mais profundos dos trabalhadores e do povo português, particularmente dos milhares de católicos que militam nas fileiras do nosso movimento sindical", condenou com veemência tal acto ignóbil e formulou votos "para que o Sumo Pontífice possa recuperar rapidamente dos efeitos do atentado que o vitimou".



1 a 9 de Agosto 81 — Semana do Emigrante

Contigo o sol de Abril

Promovida pela CGTP-IN realiza-se este ano, de 1 a 9 de Agosto, mais uma edição (a 6ª) da Semana do Emigrante.

A semelhança das edições anteriores pretende-se com esta iniciativa promover a aproximação dos trabalhadores portugueses de dentro e fora do país, oferecendo-lhes simultaneamente um maior e mais correcto conhecimento da realidade das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores portugueses no país, tendo sempre em vista a obtenção de melhores condições de vida e de trabalho. Esta iniciativa da Confederação visa ainda proporcionar aqueles trabalhadores e suas famílias momentos de boa disposição, integrando várias actividades culturais, desportivas e recreativas.

A CGTP-IN pauta a sua acção na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores emigrantes, como trabalhadores portugueses que são. Esta atitude da Central, a luta pelas justas reivindicações dos trabalhadores emigrantes encontra-se estatuída e actualizada nas Conclusões do Encontro Nacional Sobre Problemas da Emigração, que se realizou em Coimbra em Agosto de 1976.

Ainda recentemente a CGTP-IN participou, de 4 a 9 de Maio, num Encontro promovido pela OIT e pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no qual se fizeram propostas claras e concretas

as quais constituem uma solução viável para os problemas da Emigração.

Pelo contrário, entidades governamentais e políticas que se deveriam preocupar com a problemática real dos emigrantes, criam situações que visam unicamente manipular e desinformar os emigrantes, promovendo a sua própria propaganda política e partidária.

Veja-se um caso recente: a forma como decorreu o Congresso das Comunidades que, constituindo como o classificou oportunamente a CGTP-IN "uma farsa mal montada pela AD", visava principalmente promover a mais grosseira campanha de boicote à iniciativa lançada pelo Presidente da República e, ao mesmo tempo, adiando a sua realização, obter "mais uns deputados que lhe garantam a maioria" e, bem assim, assegurar que "os emigrantes continuam a enviar as suas remessas a que o governo dará o destino que entender".

A farsa foi, no entanto, mal montada; de tal modo que "os trabalhadores emigrantes tiveram ocasião de verificar tudo o que se escondia por detrás da vergonhosa encenação para a qual se usaram métodos que julgávamos já não serem possíveis em Portugal, no ano de 1981".

Pela sua parte, a CGTP-IN — como consta no Programa de Acção aprovado no seu último Congresso — continuará a bater-se e a desenvolver

todas as formas de trabalho e luta para que os emigrantes deixem de ser considerados apenas como fontes de divisas destinadas a equilibrar a balança de pagamentos.

A CGTP-IN continuará, como organização representativa dos trabalhadores portugueses, a desenvolver esforços no sentido de construir uma pátria de Abril, onde não se torne necessário deixar o país, para se ganhar o pão de cada dia, uma pátria onde se criem as condições para um regresso digno de todos quantos o desejarem, à terra que os viu nascer.

No âmbito da Semana do Emigrante, a CGTP-IN organiza, igualmente, um Encontro subordinado ao tema "Regresso como? Quando?", a realizar no dia 7 de Agosto no Porto, na sede do Sindicato dos Ferrovieiros. Este encontro é aberto a todos os emigrantes e, bem assim, a todos aqueles que se interessam pelos problemas da Emigração.

De entre as iniciativas desta Semana do Emigrante, que decorrerão um pouco por todo o país, destacamos as mais importantes:

Dia 1 de Agosto — Praia do Furdouro, em Ovar

Dia 8 de Agosto — Vila Nova de Gaia e Covilhã

Dia 9 de Agosto — Praia de Leiria de Leiria e Faro

MAGA - ZINE

DESPORTO



O ciclismo português vive hoje a "era Agostinho". Contudo muitos anos antes, a "era Alves Barbosa" congregou as atenções não só dos adeptos da modalidade mas também de quantos procuraram um ídolo nas realizações desportivas que se sobrepusesse às frustrações do dia a dia. Alves Barbosa foi então o imbatível vencedor de três Voltas a Portugal e o pioneiro das boas classificações de portugueses na Volta a França. Hoje, o "velho" Alves Barbosa é sobretudo um profundo conhecedor do ciclismo com perspectivas de análise ao seu desenvolvimento que bem gostaríamos de ver levadas à prática na sociedade que pretendemos ajudar a construir.

Não basta ter boas bicicletas e «farmácias» para se ser campeão!

— AFIRMA ALVES BARBOSA ANTIGO VENCEDOR DE TRÊS VOLTAS A PORTUGAL

"Ao tempo do professor Melo de Carvalho na Direcção Geral de Desportos havia uma orientação bem definida no sentido do desenvolvimento desportivo com a qual me identifiquei e a ela decidi hipotecar-me; com a entrada do 1.º governo constitucional e a saída daquela equipa da DGD e da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos a programação em vigor começou a ser desmantelada, com uma perspectiva péssima de anular uma orientação desportiva sem que seja substituída por outra, o que em cada dia que passa se vai agravando" — observação de Alves Barbosa ao desenrolar das acções que os organismos responsáveis pelo Desporto têm promovido no sentido da sua asfixia e neutralização. Chamado para a DGD em Outubro de 1975, o antigo atleta sentiu-se atraído pelo "caminhar com um fim em vista" sofrendo alguns meses mais tarde o "desgosto pela falta de clarificação que, no caso do ciclismo, tem já resultados bem evidentes". Progressivamente limitado "em planos, discussão do trabalho e disponibilidade de meios", deixou o cargo de



Coordenador Nacional de Ciclismo para assumir o de Técnico Nacional da respectiva Federação, mantendo-se até final de 1978 entre esta e a DGD.

Não há planos de desenvolvimento

"O trabalho iniciado a nível nacional baseado nas estruturas foi amolecendo até desaparecer e por outro lado, como técnico da federação fui-me desmotivando, em comparação com técnicos de outros países, capitalistas ou socialistas, sentindo que não me eram dadas as condições mínimas para o desenvolvimento da alta-competição ou sequer a níveis inferiores. Acabei por abandonar, ficando apenas ligado à DGD de Lisboa" — diz-nos António da Silva (Alves) Barbosa denunciando uma incontinente amargura pela impossibilidade de levar por diante os seus planos do "menino dos seus olhos", o ciclismo. "Quando se gosta de uma coisa a sério, a dedicação pode ir até

ao prejuízo próprio" — remata. "Preferi regressar ao comércio e indústria de bicicletas em que já trabalhava do que apoiar métodos de preparação de que discordo, como pegar numa selecção nacional apenas quinze dias antes da sua participação". "Como profissional da alta-competição não tinha mais nada para fazer".

"O ciclismo está hoje sem qualquer Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo-se passado à fase da regionalização onde cada um começou a tocar aquilo que sabia... Do trabalho junto das crianças existem ainda uns restos que pessoalmente considero péssimos".

E porquê?... "A ideia de que o campeão adulto começa como mini-ciclista está errada e sobretudo a preparação deste como se se tratasse de um adulto. Acabam por lhe transmitir apenas as suas frustrações com a gravidade de não possuírem qualquer conhecimento científico. Este não é um ciclismo de características peda-

gógicas, formativas, sem necessidade de grandes verbas, e independente da alta-competição. Contudo parece ser incongruência o facto de eu continuar a ser em Lisboa o coordenador de uma actividade sobre a qual tenho uma posição contrária. A verdade é que se observo que tudo está tão mal, se estiver do lado de fora ainda ficará pior! Há uma estrutura orgânica que devia ser orientada com monitores devidamente credenciados. Não tenho no entanto muito maior capacidade e meios para lutar contra aquilo!"

O ciclismo nas escolas

A importância do ciclismo junto dos escalões etários mais baixos é polémica. Alves Barbosa entende por seu lado que a sua prática deveria ser extensiva às actividades circulares escolares obrigatoriamente. A razão é simples: "Andar bem de bicicleta ajuda ao conhecimento do Código da Estrada por parte dos mais jovens e verifica-se

que a maior percentagem de mortalidade na estrada tem origem em acidentes com bicicletas e motorizadas. A maioria tem uma noção errada da condução desses veículos. Isto, por si só, justificaria o destaque do ciclismo".

Torna-se evidente que a participação competitiva dos jovens ciclistas "deveria concretizar-se apenas a partir de determinada idade com níveis de competição intermediários entre a iniciação e a competição pura", orientados na preparação técnica, atlética e desportiva "por técnicos devidamente documentados" hoje ainda muito carentes de formação.

Há maior número de praticantes e maior difusão da modalidade, apesar das bicicletas já não serem baratas, "mas há 30 anos as dificuldades eram muito maiores". Deve no entanto dizer-se que "retirando os praticantes com menos de 14 anos, o número é sensivelmente idêntico". "Até 1960, antes dos 16 anos não havia ciclismo". E concluindo: "Como aperfeiçoamento técnico e atlético é retrógrado.

Não é por termos um Agostinho e outros que se pode falar em grande desenvolvimento. A maioria dos praticantes hoje não conhece o ciclismo em pista e mesmo em estrada não sabem correr um contra-

MAGA-ZINE

relógio por equipas". Esta é hoje "uma das grandes falhas do calendário velocipedico português", por ter deixado cair tal tipo de provas. "As principais preocupações de muitos dirigentes são os corredores de primeira categoria em detrimento dos de segunda". Isto leva a que muitos deles, mal preparados "ou tentam tudo por tudo para subir ou acabam por se desinteressar, desiludem-se e desistem".

"Os próprios patrocinadores optam por apoiar os maiores embora já haja exemplos do contrário". E continuando: "O ritmo de provas no nosso país é infernal, umas atrás das outras sem intervalos para o necessário descanso quando o regulamento da União Internacional só permite uma prova de 12 dias uma vez por ano. Nós damos-nos ao "luxo" de fazer séries de provas durante longas semanas".

A morte de Lima Fernandes qual a origem?

Poder-se-á associar a estes exageros os casos graves como a recente morte de Lima Fernandes? Ou sobretudo excesso de droga?..

"Não posso aceitar que depois de oito dias de hospitalização o atleta tenha morrido. Haverá razões clínicas para a sua

morte mas têm de ficar claros os seus antecedentes. O mal não parece situar-se apenas no ciclismo português mas também nos hospitais, na medicina portuguesa. A morte acaba por não acontecer em consequência de qualquer acidente sofrido durante a prova. A responsabilidade passa a estar ao nível médico e não desportivo. Seria um doente a correr? Então qual é a responsabilidade do Centro de Medicina Desportiva? Tudo está ainda muito escuro. Em qualquer caso, na origem está uma prova relativamente violenta e provavelmente mal orientada nos seus vários campos. Doping?... Porque não admitirmos tais hipóteses?"

O "Doping" e o seu controlo

Ao que parece, "doping" é um mal geral, o seu controlo recai quase exclusivamente no ciclismo. Porquê esta modalidade como "cobaia" de uma acção que deveria ser generalizada?

"Não estou muito preocupado que o ciclismo seja a "cobaia" de várias polémicas. Pouco me interessa com o que se passa na casa do vizinho! À partida o que poderei afirmar é saber se o controlo anti-doping é correcto ou incorrecto. Como regra desportiva é do



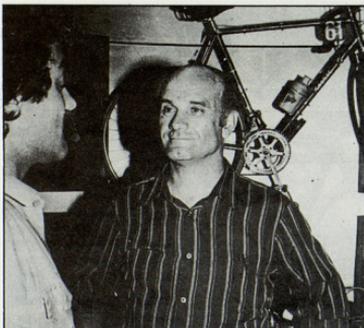
mais injusto que pode haver pela sua filosofia de base. Isto é, que o dopado está em vantagem (?) sobre o não dopado. Será que os ciclistas das grandes equipas com todas as condições de preparação, estão em pé de igualdade com os de menores possibilidades? Aqui sobressai logo a grande diferença do "rico" e do "pobre". Contudo, que fique claro: O doping pode predispor — falô com experiência própria — mas não faz saltar, pedalar! Quem não está preparado continua a não estar, mesmo "dopado". O "doping" pode até pelo contrário, inibir o atleta de ser igual a si próprio e ter efeitos negativos. A ciência evoluiu de minuto a minuto enquanto o legislador, na melhor das hipóteses, de ano para ano. Tudo isto para afirmar que eu sou contra o "doping" sobretudo pela protecção à saúde e à vida e não tanto pela "verdade desportiva". É necessário que os técnicos e os dirigentes estejam conscientes que aquela é a

pior maneira de atingir os fins a que se propõem. De outro modo só com medidas coercivas, de facto. Caiu-se em total desnorreamento no doping. Mas não basta ter uma boa bicicleta e uma boa farmácia! O mais grave é que os menos preparados tomam as mesmas drogas dos mais preparados e com melhores condições atléticas. Como são problemas-tabu não se abrem nem permitem ser esclarecidos. Situações destas podem também estar, mesmo longinquamente, na origem de casos idênticos ao do falecido Lima Fernandes".

Amadores e Profissionais

Outra questão polémica no ciclismo é também a do "amadorismo" e do "profissionalismo"...

"A discussão dos amadores e dos profissionais não deve de maneira nenhuma separar-se da componente fundamental que é a exigência imposta pela alta competição, diferente



de há 30 anos atrás, sem grande evolução técnica, científica e até desportiva como meio promocional de homens, clubes, políticos, enfim...

Hoje, com toda a "máquina" ao seu dispor com os mais diversos objectivos, promove-se a alta-competição também através da conquista de títulos. Portugal, por exemplo, poderia investir bastante mais nesse campo se os meios técnicos fossem bem geridos, o que se torna sempre polémico. Poder-se-á imediatamente perguntar qual é a tabela das prioridades...

Bom, há sim que encantar o desporto de alta-competição com o maior realismo possível, tendo em conta os fins a que se propõe, sob pena de se hipotecar. Se é profissional e não tem qualquer outro meio de subsistência, então chame-se-lhe isso. Se há alguns em Portugal, não há razão para que se chame o mesmo a todos os ciclistas.

Tudo é relativo. Muitos têm as suas pro-

fissões e recebem uma subvenção para a sua preparação e material, hoje bastante caro. O facto de ser obrigado a permanecer largo tempo junto das suas equipas na época de provas não implica um profissionalismo. Portugal, com a falta de clarificação destas ideias continua a não estar numa coisa nem noutra, prejudicando a evolução de qualquer delas".

As vitórias por qualquer preço

"Mesmo a nível olímpico a polémica começa a estar ultrapassada e tem forçosamente de ser revista. Caminha-se a nível mundial para se afirmar que os próximos Jogos Olímpicos deixam de ser uma competição de amadores mas ao fim e ao cabo de profissionais tão somente porque durante largos meses os atletas estão quase exclusivamente dedicados à preparação para esse fim. E

serão, por isso, profissionais?... Será que esses atletas ganham tanto como aqueles que são de facto profissionais? Seria bom que as pessoas se interrogassem por que razões uns ganham dinheiro para se prepararem e outros o ganham e não fazem mais nada a não ser desporto. Não será por vezes a má formação dos dirigentes para comprar vitórias à força e por qualquer preço? Isto resolverá o futuro do ciclista ou fá-lo-á apenas no momento? Que estabilidade futura alcançou ele?... Pelo contrário, quem se preocupa por exemplo com as largas somas movimentadas no futebol ou ainda com aqueles que não ganham dinheiro e têm de fazer depender a sua preparação desportiva do seu ordenado enquanto trabalhadores? Penso que qualquer atleta não deveria praticar desporto sem ter uma profissão-base. Este sim, é um tipo de amadorismo que não existe em Portugal. Os que permanecem, mal se apercebem da sua situação e acabam por abandonar a prática. Quem gosta de fazer desporto fá-lo quase até perder dinheiro. Se os clubes e sobretudo os grandes clubes facultassem os meios para a prática desportiva, então sim, seriam de facto de Utilidade

Pública. De um modo geral preocupam-se somente em comprar grandes equipas de duração curta, apenas com a finalidade de comprar vitórias".

Tornou-se numa experiência interessantíssima conversar-se com o popular "Tó". A correr desde os 17 anos como António da Silva Barbosa, o Alves surge apenas quando não aguentou pretenção de inscrever-se na categoria de "profissional". Aos 19 vencia a sua primeira Volta a Portugal (faz este ano trinta anos que se deu o acontecimento!), depois de ter ficado em 19.º na época anterior, aquando da sua primeira participação. Em 1956 e 58 viria a repetir o êxito. Em 1956 o seu 10.º lugar na Volta à França seria o furor dos portugueses e em particular dos muitos milhares de emigrantes portugueses naquele país. Diz-nos Alves Barbosa: "O meu pai era um homem mentalmente avançado, também ciclista, e o sonho que sempre teve e nunca pôde atingir, canalizou-o para mim". E assim nasceu um dos maiores ciclistas portugueses de todos os tempos que, se tivesse nascido na época dos Agostinhos, muito mais teria dado que falar!

Álvaro Esteves

TV.



MAGA-ZINE

ARTP e a Lei da Música

Na Assembleia da República foi aprovada, há semanas, a chamada Lei da Música Portuguesa, que visa assegurar a passagem, na Rádio e na TV, de uma percentagem mínima de música do nosso País. Proposta inicialmente por José Niza, deputado do PS, ex-director de programas da RTP, médico psiquiatra e autor de canções integrado no movimento de renovação da canção portuguesa que se afirmou por volta de 1969, a Lei tem por objectivo obstar à notória desnationalização musical verificada nos grandes meios de comunicação sonora a partir de 77. Trata-se, pois, antes do mais, de um reflexo elementarmente patriótico. Por isso, decerto, aconteceu-lhe o que poucas vezes ocorre na Assembleia da República: foi aprovada por unanimidade. Contudo, e estranhamente, depois da Lei aprovada assistiu-se a um movimento de contestação da sua aplicabilidade, proveniente sobretudo de certos meios afectos à Rádio.

Chegou-se a acusar a Lei de "limitativa", como se esta não fosse uma característica inevitável de qualquer regulamentação legal. Houve quem dissesse que, deste modo, ficava amputada a "criatividade" dos homens da Rádio, como se não soubéssemos que a Rádio tem andado transformada, de modo escandaloso, numa mostra sonora onde se promove freneticamente a música americana e inglesa que, produzida pelas multinacionais do som, vai deixando pingar bons lucros de vária ordem ao longo do seu caminho. E acusou-se a música portuguesa de falta de qualidade, numa ameaça velada de que, a serem obrigados a cumprir a Lei, alguns profissionais da Rádio poderiam aplicar-nos injeções monstruosas de cantigas imbecis e medíocres, embora portuguesas, a pretexto de que nos sabem de outras.

A prova real

No meio deste processo, a Televisão não se mostrou recalcitrante, nem

praticou obstruções. Quando muito, poderá dizer-se que não promoveu em tempo útil os esclarecimentos que reduzissem o campo de manobra aos que, na Rádio e na Imprensa, apostaram na aldrabice e na confusão. Em todo o caso, quando chamada a dar opinião sobre o projecto da Lei, deu-lhe inteira aprovação e até se excedeu um pouco, ao sustentar que já cumpria as percentagens previstas no diploma, o que, nessa altura, era mais que duvidoso. De então para cá, porém, tornou-se evidente que procurou acertar o passo e, desles intuitos, foi exemplar a evolução de "TV Show", rubrica que se iniciara medíocre, ridícula e densamente visitada por artistas estrangeiros (quase todos de segunda ordem, mas caríssimos) e, como se sabe, acabou com emissões exclusivamente confiadas a artistas portugueses. Destes, dois fizeram programas verdadeiramente notáveis: José Mário Branco e Carlos do Carmo —

embora o primeiro tenha sido tecnicamente prejudicado pelas péssimas condições em que decorreu a gravação. Quando à última emissão de "TV Show", com Cidália Moreira, o menos que se pode dizer é que teve qualidade bastante para se justificar. O que já não é nada mau.

Porém, o maior mérito da área musical da RTP foi o de ter provado assim, diante de todos, que a invocação da "má qualidade" da música portuguesa é um mau pretexto. Só com três artistas portugueses, a Televisão encheu três horas das suas emissões com boa música — quando não de música de qualidade verdadeiramente superior à produzida pelas máquinas electrónicas que, na América e na Grã-Bretanha, despejam caudais de som sobre o Mundo. Mas foram apenas três artistas: faltaram Sérgio Godinho, Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, Teresa Silva Carvalho, Manuel Freire, Adriano Correia de Oliveira, a Brigada Victor Jara, Teresa Paula Brito, Fernando Tordo, Vitorino, Fausto, o naturalmente José Afonso. Mais, se quiserem, José Cid, a Banda do Casaco. Mais o Trovante, Luis Cília, Luisa Basto, muitos outros. Estou a citar a esmo, sem preocupações de prioridades, e sei — como todos sabemos — que podia prosseguir assim por muitas mais linhas. Pois, para cumprir a Lei, basta levantar censuras reais, embora não formalizadas. E não ter tanto carinho pelos grandes negócios de "som internacional"...

Correia da Fonseca

CINEMA



O HOMEM ELEFANTE

DE DAVID LYNCH (EUA, 1980)

com Anthony Hopkins (Treves), John Hurt (Merrick),
Anne Bancroft (Mrs Kendal), sir John Gielgud (Carr Gomm)

Em fins de século passado, por toda a Inglaterra vitoriana, ganhou grande popularidade o chamado "homem elefante", indivíduo sofrendo de deformação incurável, que era utilizado como atração de circo. O prodigioso monstro, cuja cabeça tinha o dobro do volume normal e o braço e mão direita eram disformes, sofria ainda de deformações

nos pés e nas costas, tudo isso provocado pelo desenvolvimento de neurofibromas revestidos por pele esponjosa, sugerindo a dos elefantes. Merrick se chamava o monstro, cujo drama é, tratado neste importante filme de David Lynch, mais um vencido na corrida aos "oscar", o qual, se não nos deslumbra tanto, na sua linguagem, quanto a

espantosa obra de Scorsese igualmente preterida naquela competição (cf. crítica de "O Touro Enraivecido", na Alavanca n.º 43), reforça mais uma vez a escandalosa injustiça que foi a atribuição do prêmio máximo da Academia de Hollywood ao conservador e lacrimoso "Gente Vulgar" que (condicionamento publicitário obriga...) continua a vender-se bem em

Lisboa. Mas debruçemo-nos de novo sobre o "O Homem Elefante": a vida de John Merrick é abordada neste filme durante um período que vai dos seus 21 aos 27 anos, idade em que morreu; nesse período ocorreram os factos mais significativos da sua fase adulta, em particular os decorrentes de ter sido descoberto, num circo, pelo então jovem e brilhante cirur-

gião lo
Treves
ocupa
caso c
Entre
Bytes,
"home
utiliza
subsís
resse c
Treves
serviu
para a
que di
uma d
tadas p

MAGA- ZINE



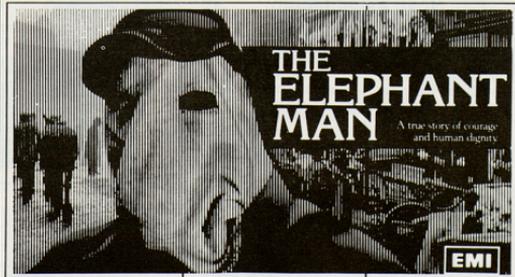
Lynch: que diferença pois, entre exibir o ser disforme nos circos populares ou perante a alta sociedade londrina, no camarote real do teatro, ovacionado por públicos diferentes mas irmanados na curiosidade pelo insólito da "coisa" exposta? John Merrick era bem tratado no hospital onde passou a residir; a estabilidade emocional, o ambiente de certo carinho e mesmo algum respeito que aí conquistou, proporcionaram-lhe algum bem estar e alegria, a possibilidade

minima de dar curso à sua inteligência, sensibilidade, talento criador. A diferença de situações é, aparentemente, imensa; no plano social, porém, trata-se apenas da diferença entre a situação dos mais desgraçados farrapos humanos, sem eira nem beira, e a situação dos igualmente desgraçados, circunstancialmente protegidos por piedosas "damas caritativas".

E por falar em diferença, passo a uma outra questão, fortemente sugerida por este filme, mas do domínio do

simbólico: o drama de John tem origem na sua diferença; tal diferença, de natureza biológica, pode ter, ainda no plano social, um sentido: aquele que é diferente, estranho à norma (o fenômeno, monstro ou gênio, o ser (de) à margem) incomoda os "normais", assusta-os como ameaça. Assim, na relação recíproca entre estes e "o outro", os comportamentos dos primeiros variam (curiosidade, compaixão, mórbido fascínio, horror, rejeição... tentativa de aproveitamento, de recuperação...), enquanto "o outro", o estranho, fica confinado a um espaço limitado, opressivo, entre o assumir da diferença ou o suportá-la penosamente. Nesse território doloroso se situa John Merrick, tantas vezes dividido dentro de si mesmo, até quando escolhe a morte, num momento de encontro consigo mesmo, de paz interior que lhe vem da satisfação pela obra consumada; momento, ao mesmo tempo, de nostalgia, de retorno à beleza estabelecida, a mãe-matriz real do modelo defeituoso mas

gião londrino, Frederick Treves, que passou a ocupar-se do estranho caso clínico. Entre a exploração de Bytes, o "dono" do "homem elefante", que o utilizava como meio de subsistência, e o interesse científico do Dr. Treves, a quem Merrick serviu como trampolim para a fama, realmente que diferença? Esta é uma das questões levantadas pela obra de



MAGA - ZINE



também matriz virtual do modelo normalizado, cujo retrato contempla, sereno, ao deitar-se para dormir, ao buscar o repouso a que tem direito, pela primeira vez na posição horizontal, como os outros fazem mas lhe foi vedado. Apaixonante e belo, "O Homem Elefante", de D. Lynch, reconstitui primorosamente uma Inglaterra vitoriana acinzen-

tada, desde o lado imaculado da sua imagem de marca, ao negro mais negro, trabalho eficazmente servido pela fotografia, a preto e branco). Certeira foi a escolha de actores ingleses, formados e experimentados no teatro clássico (de Hurt — o Calígula da série de TV-BBC "Eu, Cláudio" há tempos exibida em Portugal — a Hopkins, com destaque para a sobriedade de John Gielgud, que compõe um exemplar director de hospital, como não podia deixar de esperar-se do protagonista de "Providence"). Espantoso o trabalho de Chris Tucker, na concepção de máscaras e maquiagens para John Hurt. Apenas um aspecto deste filme nos causou menos agrado, aspecto todavia menor no conjunto da obra, mas que consideramos uma cedência: porque houve grandes preocupações de rigor na feitura deste filme, bem patentés,

consideramos um tanto deslocada, na transposição da história verídica para o cinema, a mudança radical na expressão de Merrick, que de repente desata a falar impecavelmente, quando o verdadeiro M. recuperou a fala, sim, mas nunca pôde fazer-se entender com fluência (os espectadores emocionam-se ouvindo-o assim falar, tão bonito e tão claro, mas pensamos que se ganharia em efeito, comovendo-os talvez um pouco menos e incomodando-os ainda mais); uma certa tónica colocada na emotivi-

dade, quase roça, aliás, os vulgares processos de efeito lacrimojante, na cena do encontro entre a famosa e bela actriz Mrs. Kendal e o monstro, quando seria desnecessário fazê-la beijá-lo, deliciada, para demonstrar que a comunicação mais intima, sem tabus, experimentada pelo homem diferente, só é possível com uma mulher também diferente (porque o seu modo de vida e estatuto divergem do estabelecido para as mulheres da sua época).

Elisabete França

«Guerra? Não obrigado» — Novo espectáculo do Grupo de Campolide

Estreou-se no passado dia 25 de Junho, no Teatro da Academia Almadense, na Rua capitão Leitão, em Almada, o novo espectáculo do Grupo de Campolide. Trata-se de "Guerra? Não obrigado", espectáculo construído a partir de textos de Bertolt Brecht e com encenação de Fernando Gusmão, que assim assina o seu primeiro trabalho no

Grupo de Campolide, em cujo colectivo ingressou recentemente.

O elenco deste novo espectáculo do Grupo de Campolide integra os actores Carito e Castro, António Assunção, Erna Paul, Fernanda Montemor, Teresa Gafeira, Alfredo Sobreira, Carlos Alberto, Silva Heitor e Luisa Ortigoso. A direcção plástica é da responsabilidade de Jorge Rocha.

GITUS

FÉRIAS DE VERÃO

TUDO INCLUIDO

CIRC. DA BULGÁRIA (15 dias) — DESDE	39.700 ESC.
CHECOSLOVÁQUIA (11 -) —	34.200 +
CUBA (15 -) —	61.000 +
FINLÂNDIA (8 -) —	39.850 +
LONDRES (8 -) —	23.600 +
VIETNAME (15 -) —	92.000 +
URSS (15 -) —	41.500 +

MEIA-PENSÃO

CIRC. DA ANDALUZIA (7 dias) — DESDE	13.820 ESC.
ITALIA (Roma) (8 -) —	31.160 +

E AINDA ALGARVE, MADEIRA, AÇORES E SUL DE ESPANHA

CONSULTE-NOS:

GITUS GRUPO INTERSINDICAL DE TURISMO SOCIAL
Av. da Liberdade, 73-3^o D^o 1200 Lisboa • Tel: 32.00.70-32.05.56-36-43.03
Rua Santa Catarina, 922-1^o 4000 Porto • Tel: 31.34.96
Rua António Granjo, 6 3000 Coimbra • Tel: 299.38

NOME _____
MORADA _____
COD. POSTAL _____ LOCALIDADE _____
TEL: _____

PUB

PUB.



CITUS

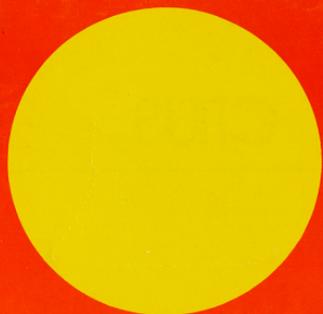
Férias
Viagens
Turismo



Portugal

cooperativa intersindical de turismo social

Av. da Liberdade, 73, 3.º-Dt.º - 1200 LISBOA-PORTUGAL - Telef. 364303/320638/320556 - Telex 15451-CITUS P



CONTIGO O SOL DE ABRIL

SEMANA DO EMIGRANTE

1a9 de Agosto 81

